



TATHYANE TORRES DA SILVA DUARTE

**AVALIAÇÃO POLÍTICA DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL: ENTRE
OS MARCOS POLÍTICOS E OS ESTUDOS ACADÊMICOS**

NATAL
2022

TATHYANE TORRES DA SILVA DUARTE

**AVALIAÇÃO POLÍTICA DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL: ENTRE
OS MARCOS POLÍTICOS E OS ESTUDOS ACADÊMICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) na linha de pesquisa “Políticas e Práxis em Educação profissional”, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo.

NATAL
2022

Duarte, Tathyane Torres da Silva.
D812a Avaliação política do Programa Nacional Mulheres Mil: entre os
marcos políticos e os estudos acadêmicos / Tathyane Torres da Silva
Duarte. – 2022.
108 f. : il. Color.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.
Orientador: Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo.

1. Programa Nacional Mulheres Mil (PMM). 2. Educação
profissional. 3. Políticas públicas. 4. Vulnerabilidade social. I. Título.

CDU 376-054.57

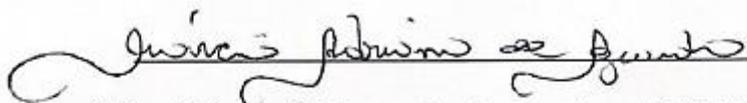
TATHYANE TORRES DA SILVA DUARTE

AVALIAÇÃO POLÍTICA DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL: ENTRE OS MARCOS POLÍTICOS E OS ESTUDOS ACADÊMICOS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em educação no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa “Políticas e Práxis em Educação profissional”.

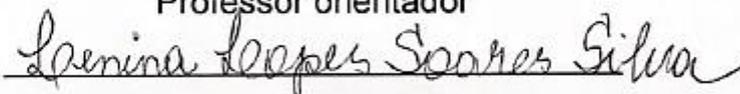
Dissertação de mestrado apresentada e aprovada em 18/03/2022, pela seguinte

Banca Examinadora:



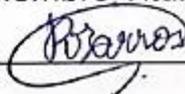
Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo – PPGEP/IFRN

Professor orientador



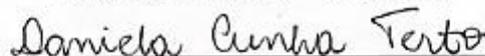
Profa. Dra. Lenina Lopes Soares Silva – PPGEP/IFRN

Membro Titular – Interno



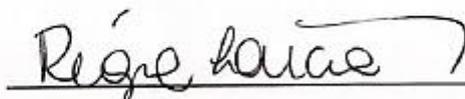
Profa. Dra. Rejane Bezerra Barros – IFRN

Membro Titular – Externo



Profa. Dra. Daniela Cunha Terto – PPGEP/IFRN

Membro Suplente – Interno



Profa. Dra. Régia Lúcia Lopes – PPgUSRN/IFRN

Membro Suplente - Externo

Dedico esta obra a todas as mulheres que diariamente exercem as funções de filha, mãe, trabalhadora, estudante, esposa e cidadã. Que elas nunca esqueçam da força espetacular que têm e como o mundo é mais colorido por sua existência. A mulher pode estar e ficar onde assim escolher, não existe limitação em sua grande capacidade de amar e servir aos seus desejos e necessidades. Elas não estão amordaçadas por uma sociedade patriarcal e ultrapassada, mas estão diuturnamente superando todo e qualquer obstáculo que lhes é imposto.

AGRADECIMENTOS

Assim, chegamos ao melhor momento da tão almejada caminhada do mestrado...

Agradecer àqueles que tão importantes e necessários se fizeram nessa jornada recheada de pormenores e percalços que o mundo nos proporcionou ao longo dos anos de 2019 a 2022. No trajeto do caminho um Brasil desgovernado, um mundo em meio à pandemia do coronavírus, momentos de quarentena, de distanciamento social, de perguntas sem respostas, de *fake news*, de despedidas a distância. Nesse momento, a primeira necessidade humana é retornar ao criador Deus por meio de oração e agradecimento pela oportunidade de ainda estar aqui e superar o sentimento de finitude diante da existência.

Agradecer à minha família, em especial a minha mãe Francilúzia, por todas as palavras de incentivo, pelo colo e pelo abraço, que graças a Deus assim me permitiu.

Ao meu pai Tito Nivaldo e meu irmão Tito Luiz, pelo carinho e dedicação nos cuidados e atenção aos meus filhos, que muitas vezes precisei delegar os cuidados aos avós e tio.

Aos meus filhos Thallys Augusto e Luiz Arthur, que foram essenciais na caminhada, pois por vezes renunciaram à minha atenção para que sua mãe pudesse estudar e conquistar a tão almejada conclusão do mestrado. Pude vê-los crescer e mudar de fases nesse momento da vida deles, muito pude aprender com eles nesse período.

Agradeço ao meu esposo Adriano, pela compreensão diante das minhas ausências e pelo cuidado com os nossos filhos.

Um agradecimento mais que especial vai ao meu professor e orientador Márcio Azevedo, pelo conhecimento partilhado, pela palavra de cuidado e zelo proferida e pela compreensão diante de tantas dificuldades surgidas ao longo da nossa história de orientanda e orientador.

À minha querida amiga e professora Lenina, uma pessoa incrível que o PPGEP me proporcionou a conhecer, foi um verdadeiro anjo em minha jornada acadêmica.

À professora Adriana Aparecida, que muito me inspirou com seus ensinamentos e diálogo sobre as mulheres.

Aos professores e professoras do PPGEF, com os quais tive a honra e satisfação em conhecer e apreciar seus conhecimentos tão bem partilhados ao longo das aulas das diversas disciplinas que cursei.

A toda a equipe da secretaria do PPGEF, em especial ao professor Moisés, vice coordenador do PPGEF, sempre tão disposto a nos ajudar.

Às amigas de IFRN e ppgepepianas que me antecederam em outras turmas do mestrado, Lanúzia e Etiene, que me emprestaram livros e me orientaram quanto ao mestrado.

À minha amiga do IFRN, Lidiana, que sempre me incentivou e torceu pelo meu sucesso no mestrado.

Aos meus colegas de trabalho Cláudio, Edson, Rodrigo e Ana Julinda, que me apoiaram nesse percurso e foram compreensivos pela minha ausência nos momentos que precisei me dedicar de forma integral para concluir o curso.

Agradeço à turma de mestrado e doutorado de 2019 que ingressou comigo nessa aventura acadêmica, nas pessoas de Maria Helena e Jamilly, anjos e estiveram muito presentes na caminhada do mestrado.

Agradeço em especial à banca da minha defesa de dissertação pela disponibilidade em se debruçar sobre minha escrita e por toda contribuição recebida por esta banca tão espetacular, formada por mulheres por quem tenho profundo respeito e apreço, professoras Doutoras Lenina Lopes Soares Silva, Rejane Bezerra Barros, Daniela Cunha Terto e Régia Lúcia Lopes.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que pude conhecer através da leitura de suas histórias e estudos, que contribuíram para o meu crescimento como estudiosa e acadêmica.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...

Paulo Freire

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é o Programa Nacional Mulheres Mil (PMM), uma política pública destinada à educação profissional da mulher em situação de vulnerabilidade social. Durante o texto, faremos uma avaliação política da política pública de educação profissional do PMM, a qual será realizada entre a gênese do programa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), em 2008, e o ano de 2018. Realizaremos uma pesquisa social de natureza qualitativa e quantitativa, por meio de uma análise bibliográfica, documental e do estado do conhecimento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da plataforma *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*). O Programa Mulheres Mil (PMM), como projeto desenvolvido no âmbito da política de educação profissional, em particular a partir dos anos 2000, foi inicialmente gestado como experiência piloto no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), atual IFRN, e posteriormente implantado em 13 estados das Regiões Norte e Nordeste, mediante acordos entre o Brasil e o Canadá, a partir de 2007. Nos documentos que fundamentam o Programa, percebemos objetivos e princípios que enunciam a intenção de promover a emancipação, o protagonismo e até mesmo a escolarização das mulheres, com vistas à inserção no mundo do trabalho, mas os componentes ideológicos são mais predominantes do que os resultados promovidos pelo PMM, como mostram os resultados da pesquisa. De todo modo, podemos afirmar que o Programa Mulheres Mil contribui para a promoção e o crescimento humano das mulheres, quando inseridas no contexto e nos espaços da educação profissional, porque mesmo que de forma mais estreita, elas têm acesso a saberes e conhecimentos, aumentam a autoestima, podem conviver em grupo e compartilhar experiências, entre outros aspectos que a socialização do saber, em menor ou maior grau, pode proporcionar

Palavras-chave: educação profissional; políticas públicas; programa nacional mulheres mil; avaliação; vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The object of study of this work is the Mulheres Mil Program (PMM), a public policy whose target audience are the professional education of women in situations of social vulnerability. During the text, we will make a political evaluation about the public policy of professional education of the PNMM, which was carried out between the genesis of the program at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN), in 2008, and in 2018. We carried out a social research of a qualitative and quantitative nature, through a bibliographic, documentary and state-of-the-art analysis in the Catalog of Theses and Dissertations of CAPES (Coordination of Superior Level Staff Improvement) and the SciELO platform (Scientific Electronic Library Online). The Mulher Mil Program (PMM), as a project developed within the scope of professional education policy, particularly from the 2000s onwards, was initially conceived as a pilot experience at the Federal Center for Technological Education of Rio Grande do Norte (CEFET-RN), current IFRN, and later implemented in 13 states of the North and Northeast of Brazil, through agreements between Brazil and Canada, from 2007. In the documents that support the Program, we perceive objectives and principles that enunciate the intention to promote emancipation, protagonism and even the schooling of women, with a view to entering the world of work, but the ideological components are more predominant than the results promoted by the PMM, as the research results shows. In any case, we can say that the Mulheres Mil Program contributes to the promotion and human growth of women, when inserted in the context and spaces of professional education, because even if in a more narrow way, they have access to knowledge and knowledge, increase self-esteem, can live in a group and share experiences, among other aspects that the socialization of knowledge, to a lesser or greater degree, can provide.

Keywords: professional education; public policy; mulheres mil program; evaluation; social vulnerability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Infográfico da metodologia utilizada na pesquisa	21
Figura 2 - Levantamento e seleção de estudos – Programa Mulheres Mil – CAPES.....	27
Figura 3 - Levantamento e seleção de estudos – Programa Mulheres Mil - Scielo.....	29
Figura 4 - Infográfico do ciclo das políticas públicas do PMM.....	34
Figura 5 - Evolução de matrículas do Programa Mulheres Mil (2008 a 2016).....	50
Figura 6 - Nuvem de palavras-chave encontradas nas dissertações.....	69
Figura 7 - Nuvem de palavras encontradas nas teses.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produções acadêmicas <i>stricto sensu</i> sobre o PMM no Brasil (2013 a 2018)	63
Gráfico 2 - Produções acadêmicas Programa Mulheres Mil por Regiões do Brasil (2013 a 2018)	64
Gráfico 3 - População ocupada por sexo segundo os grupos de atividade (2017)	93
Gráfico 4 - População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividade (Brasil – 2018)	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - De diretrizes e iniciativas convergentes do PMM	53
Quadro 02 - Referências das dissertações acerca do PMM (2013 a 2018)	65
Quadro 03 - Autores, definição de educação, trabalho e políticas públicas.....	69
Quadro 04 - Referências das teses acerca do PMM (2014 a 2017)	71
Quadro 05 - Autores, definição de educação, trabalho e políticas públicas.....	72
Quadro 06 – Artigo 1 da base Scielo.....	75
Quadro 07 – Artigo 2 da base Scielo.....	76
Quadro 08 - Nome dos projetos, estados, cursos oferecidos e participantes do PMM.....	82
Quadro 09 - Principais ações realizadas no âmbito do PMM em 2013.....	86
Quadro 10 - Objetivos e impactos do Programa Mulheres Mil.....	87
Quadro 11 - Metodologias de Acesso.....	89
Quadro 12 - Metodologias de Permanência e Êxito.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente por sexo – Brasil 1996 e 2003.....	81
Tabela 2 - População residente Brasileira por sexo, segundo região geográfica 2003.....	81
Tabela 3 - População Residente, segundo sexo e grupos de idade Brasil 2003.....	81

LISTA DE SIGLAS

ACCC	Associação dos <i>Colleges</i> Comunitários do Canadá
ACDI	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ARAP	Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CIDA	<i>Canadian International Development Agency</i>
CF	Constituição Federal
CONCEFET	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PMM	Programa Mulheres Mil
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PIPE	Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade
RFEPTCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
REDENET	Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
2.1	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	24
2.2	PESQUISA DOCUMENTAL.....	25
2.3	ESTADO DO CONHECIMENTO.....	26
2.4	AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA COMO PESQUISA CIENTÍFICA	30
2.4.1	Avaliando o PMM na Produção Científica Brasileira.....	30
3	O PROGRAMA MULHERES MIL E SUA FORMULAÇÃO COM BASE NO CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA	38
3.1	A ENTRADA DO PROGRAMA MULHERES MIL NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA.....	44
3.2	O PROGRAMA MULHERES MIL COMO POLÍTICA NACIONAL	56
4	ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O PMM: EM BUSCA DE CONCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E TRABALHO	61
4.1	NO CATALÓGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES.....	62
4.2	PLATAFORMA DE DADOS SCIELO.....	75
5	O PMM: UMA AVALIAÇÃO POSSÍVEL ENTRE NEXOS POLÍTICOS E AS CONCEPÇÕES ACADÊMICAS	78
5.1	NEXOS POLÍTICOS DA AVALIAÇÃO POLÍTICA DO PMM.....	78
5.2	INDICADORES DO PMM EM RELAÇÃO AOS SEUS OBJETIVOS	85
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	99
	ANEXO A - ORIENTAÇÕES PARA O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	106

1 INTRODUÇÃO

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”

Simone de Beauvoir (1967)

Histórica e culturalmente, em especial na sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação ou renda. O trabalho doméstico recai sobre as mulheres com base no discurso da natureza feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado e, posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social. (SOUSA; GUEDES, 2016). Nesse sentido, nos reportamos à epígrafe desse capítulo quando o texto nos convida a refletir sobre o trabalho da mulher como forma de garantia de sua independência concreta.

Em um estudo de Saffioti (2013), podemos compreender que a atividade laboral ao longo da história é uma conquista de homens e mulheres por sua subsistência em especial das classes mais desfavorecidas da sociedade, como segue:

A atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida. Atentando-se para o fato de que o salário não representa o valor criado pelo produtor imediato e que muitas vezes não chega mesmo a corresponder às necessidades de produção e reprodução da vida do trabalhador, pode-se afirmar, com segurança, que à mulher das camadas menos privilegiadas o trabalho se impõe como meio de subsistência. (SAFFIOTI, 2013, p. 70 e 71)

O ingresso das mulheres no mundo do trabalho não equilibra as funções atribuídas aos sexos, mas sim reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A

saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas.

Para Sousa e Guedes (2016, p. 126), “a relação entre produção e reprodução se materializa na relação entre trabalho remunerado e não remunerado, e nas relações sociais entre os sexos. Como ‘destino natural dos sexos’ se define a produção e a remuneração aos homens, e a reprodução e o trabalho não remunerado às mulheres.” Por isso, as mudanças e as permanências da divisão do trabalho entre homens e mulheres ao longo da história revelam tanto o poder de persistência quanto de variabilidade das formas de trabalho dos homens e das mulheres. As relações sociais de sexo são dinâmicas e não lineares. Avanços e retrocessos acontecem continuamente, configurando novas relações em antigas tensões. Com base nos estudos de Sousa e Guedes,

A divisão sexual do trabalho pode ser investigada com base na ideia de complementaridade entre os sexos, ou na ideia de uma conciliação dos papéis. Para Hirata (2015), a divisão sexual do trabalho pode tomar quatro formas: i) a forma de um modelo tradicional (mulheres cuidadoras e homens provedores); ii) a forma de um modelo de conciliação (as mulheres conciliam a vida profissional com a vida familiar); iii) modelo de parceria (mulheres e homens compartilham tarefas domésticas e cuidados da família); e iv) a forma de um modelo da delegação (mulheres delegam a outras mulheres suas atividades domésticas, o que ameniza a contradição e a tensão na vida do casal). (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 129).

As quatro formas se manifestam no Brasil, entretanto, em intensidades diferentes. Com a maior participação das mulheres no mundo do trabalho, o modelo tradicional vem cedendo espaço para o modelo de conciliação, cada vez mais corriqueiro na sociedade brasileira. O modelo de delegação não tem proeminência no país, uma vez que o serviço doméstico pago está acessível apenas para a classe média e rica, e claramente a maior parte da população não se encontra nesse *status* social. O modelo que menos aparece é o de parceria; desnecessário, por evidente, comprovar como poucas mulheres possuem em seus lares um compartilhamento igual das tarefas domésticas.

No Brasil, a inserção da mulher de forma parcial no mercado de trabalho tem fortes vínculos com a provisão insuficiente de mecanismos de conciliação entre

trabalho e família, especialmente para as mulheres de classe baixa, que não podem se valer do modelo de delegação, e não tem acesso a instituições privadas como creches no que se refere aos cuidados com as crianças pequenas.

Assim, as relações sociais assimétricas entre os sexos podem ser consideradas o fator principal da divisão sexual do trabalho que configurou um modelo de homens provedores e mulheres cuidadoras. Ao longo da história, este modelo marcou as sociedades ocidentais, mas com os novos arranjos familiares, a feminização do trabalho, a necessidade de contribuir financeiramente com o sustento familiar e o envelhecimento da população, tal modelo vem se enfraquecendo.

Para Carmo e Guizardi (2018, p. 7), “muito embora possamos considerar que a vulnerabilidade se instale, em maior grau, nas populações pobres, nas sociedades capitalistas contemporâneas, em que as relações sociais se desenvolvem por modos marcadamente complexos, a questão econômica é relevante, porém não determinante.” Ou seja, a vulnerabilidade necessariamente não passa pela pobreza material, mas por situações de risco e desfiliação social.

Nesse sentido, podemos caracterizar a vulnerabilidade social que o PMM objetiva enfrentar com suas ações de inclusão das mulheres que vivem à margem da sociedade, que não tiveram seus direitos garantidos desde sempre. Como descrevem Carmo e Guizardi:

Devido ao precário acesso à renda, os sujeitos ficam privados ou acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, sejam tais meios materiais ou capacidades impalpáveis, como a autonomia, a liberdade, o autorrespeito. É nesse sentido que se torna possível associar a vulnerabilidade à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social, caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade. (CARMO, GUIZARDI, 2018, p.7)

Devido à falta de acesso e às fragilidades em que as mulheres em situação de vulnerabilidade vivem, em sua maioria, elas desconhecem seus direitos e garantias constitucionais, o que corrobora as dificuldades que elas têm em buscar por melhorias, em especial, pela busca de educação e qualificação profissional, atitudes que poderiam ser o caminho para sua independência financeira e de seus dependentes, visto que inúmeras delas são responsáveis pela renda de seus lares e, por uma questão de sobrevivência, necessitam realizar atividades laborais de menor

conhecimento. Isso, conseqüentemente, gera renda insuficiente para as despesas familiares e muitas dessas chefes de família necessitam estar inseridas em programas sociais como o Bolsa Família¹.

Para Wu *et al.* (2014, p.17-18), “o processo de políticas públicas consiste em uma gama de atividades muito mais abrangente do que simplesmente tomar decisões. Ele inclui a definição de agendas, o desenvolvimento de alternativas, a implementação de decisões e a avaliação de medidas públicas”. As políticas públicas são pensadas para a solução de problemas que afetam a sociedade e necessitam de intervenção do poder público para que possamos enfrentar essas dificuldades. Neste intuito de solucionar os problemas com a vulnerabilidade feminina, o PMM foi implantado no Brasil como programa, e posteriormente transformado em política pública destinada a mulheres em vulnerabilidade social.

As políticas públicas da educação profissional e a questão de gênero no Brasil, sob a análise do PMM, inserem-se nas inquições sobre a concepção de educação como instrumento de avanço e desempenho da cidadania social. Assim, por intermédio do PMM, realiza-se o processo de superação das desigualdades sociais pelas vias da educação para o trabalho, priorizando-se como formação inicial a educação profissional, consoante encontra-se assentado nos diversos documentos legais que oficializam o referido Programa.

Desse modo, é importante analisarmos os pontos e contrapontos das políticas públicas, como o PMM e a questão de gênero, em particular na realidade brasileira.

Na primeira década do século XXI, podemos refletir que a análise deste período não pode ser realizada pelas ações que nele foram desenvolvidas, mas devemos considerar as motivações históricas que o antecederam e as contribuições dos movimentos sociais no embate com a sociedade capitalista conservadora. A análise dar-se-á, a partir do ano de 2003, com o advento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), visto que não é a cronologia que define a conjuntura, mas

¹ O Bolsa Família é um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: complemento da renda; acesso a direitos; e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias. A gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério da Cidadania é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos.

a gênese dos acontecimentos e dos fatos mediados pelos interesses e forças que as produzem. Destaca-se que a primeira década dos anos 2000 foi marcada por uma produção crítica que defendia um ideal de sociedade mais justa e igual, e que entendia o Estado como órgão que deveria instituir as reformas as necessárias para alterar as estruturas jurídicas, políticas e econômicas de fortalecimento da sociedade capitalista, buscando a divisão da riqueza de forma igualitária e justa.

Tem-se, portanto, a construção de uma sociedade mais igual, como ação histórica, cultural e social, que significa conquista de determinados direitos sociais por parte da classe trabalhadora, resultantes de lutas empreendidas entre o capital e o trabalho. Trata-se, portanto, de uma cidadania seletiva, que vai garantindo, de forma parcelada, os direitos sociais; aqueles não são estendidos ao conjunto da sociedade. Se inclui a igualdade de oportunidades em todos os campos sociais, lastro em que se situa a luta das mulheres, dos negros, dos sem-terra, dos índios, dentre outros grupos, que na totalidade, constituem a classe trabalhadora (ROCHA; SILVA, 2016).

Neste contexto, situamos o PMM como uma ação pontual, no que se refere à questão de gênero no campo da Educação Profissional, que se une às demais no enfrentamento das desigualdades persistentes, elaborada por motivação governamental ou não. Trata-se de uma política pública destinada à educação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, o que por si já é uma justificativa para essa pesquisa diante do cenário de desigualdades sociais em que vive a maioria das mulheres no Brasil.

Nosso objeto de estudo é uma política pública destinada à educação profissional da mulher em situação de vulnerabilidade social, isto é, o Programa Mulheres Mil (PMM), um projeto desenvolvido no âmbito da política de educação profissional, em particular, a partir dos anos de 2000, inicialmente gestada como experiência piloto em 13 estados das Regiões Norte e Nordeste, mediante acordos entre o Brasil e o Canadá, a partir de 2007. Em princípio, o seu objetivo era promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas nas regiões do Brasil acima citadas, proporcionando melhorar o potencial de mão-de-obra dessas mulheres, conseqüentemente suas vidas, de sua família e comunidades. O propósito do projeto era contribuir com o desenvolvimento da competência da Rede de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e, posteriormente, dos Institutos

Federais, desenvolvendo formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres das regiões Norte e Nordeste do país, até o ano de 2010.

Essa pesquisa tem como objetivo geral fazer uma avaliação política da política de educação profissional do Programa Mulheres Mil, para que seja possível fortalecer a continuidade e reprodução do programa, no contexto das políticas públicas de Educação Profissional no Brasil. Essa avaliação foi realizada sua gênese até o ano de 2018. Realizamos uma pesquisa social de natureza qualitativa e quantitativa, por meio de uma análise bibliográfica, documental e do estado do conhecimento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no banco de dados da Scielo, enquadrando-se metodologicamente como avaliação de pesquisa científica do tipo avaliação política da política, cujo enfoque analítico debruça-se sobre a formulação e as condições de implementação de determinada instituição. Por se tratar de um programa destinado ao público feminino, essas políticas constituem desafios políticos, sociais, culturais e pedagógicos.

Para alcançarmos o objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Elucidar os critérios que fundamentam a decisão pública de formulação do PMM;
- 2) Analisar os princípios políticos do PMM, relacionando-os com aqueles defendidos no âmbito do IFRN;
- 3) Verificar se há compatibilidade interna entre os princípios da formulação do PMM e a sua consistência em relação aos mecanismos institucionais previstos para a sua implementação no IFRN;
- 4) Avaliar se as pesquisas já realizadas nos trabalhos estudados possuem estudos sobre a avaliação política da política.

O Programa encontra-se estruturado em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. A emancipação social e econômica das mulheres (independente de origem étnica, idade ou classe social) conduz a melhorias na vida e na saúde das famílias e na sua comunidade, bem como no desenvolvimento do respeito pelo meio ambiente. Com a criação e implantação do programa, visa-se utilizar “o potencial e bagagem das mulheres e transformá-las em qualificação

profissional e adequada inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2014, p. 3). Ao final da qualificação, com aproveitamento, é garantida a certificação que comprova a formação profissional da mulher.

Como o Programa Mulheres Mil visa oferecer as bases de uma política social de inclusão de gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social, torna-se necessária a aferição de como esta política pública alterou, ou não, a vida dessas mulheres que participaram do programa.

Dessa forma, avaliar uma política pública educacional brasileira voltada às mulheres nos remete a conhecer como a vida das mulheres beneficiadas pelo programa sofreu mudanças positivas ou negativas e se seus objetivos foram alcançados e fizeram a diferença em seu ambiente social, familiar, cultural e financeiro.

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas, conforme mostramos na Figura 1. Primeiramente, realizamos a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e dissertações. Na segunda etapa, realizamos a pesquisa documental através de editais do PMM, das cartilhas, notícias da internet e dados do IBGE. Já na terceira etapa, realizamos o estado do conhecimento através do Catálogo de Teses da CAPES e da plataforma ScIELO, onde realizamos um trabalho de leitura e análise de teses, dissertações e artigos que possuíam o descritor “programa mulheres mil”. Na quarta e última fase, realizamos o estudo do PMM como uma avaliação da política pública como pesquisa científica.

Figura 1 - Infográfico da metodologia utilizada na pesquisa



Fonte: elaboração própria (2021).

A dissertação está estruturada em seis capítulos e as referências bibliográficas. O primeiro capítulo consiste nesta introdução, em que explanamos os objetivos da pesquisa e realizamos uma sucinta descrição do PMM.

No segundo capítulo, intitulado de procedimentos metodológicos, descreveremos como foi realizada nossa pesquisa de mestrado cujo objetivo geral é fazer uma avaliação política da política de educação profissional do Programa Mulheres Mil.

No terceiro capítulo, cujo título é “Contextualização do Programa Nacional Mulheres Mil (PMM) no Brasil”, contextualizamos de forma histórica o programa e sua implantação no Brasil.

No quarto capítulo, abordamos o estado do conhecimento sobre o Programa Mulheres Mil, em busca de concepções sobre políticas públicas, educação e trabalho.

No quinto capítulo intitulado “O Programa Nacional Mulheres Mil: uma avaliação possível entre nexos políticos e as concepções acadêmicas”, analisamos a avaliação da política pública com os resultados do programa encontrados nos trabalhos antecedentes sobre o tema da pesquisa.

Enfim, o sexto e último capítulo traz as considerações finais sobre o estudo da pesquisa realizada como dissertação de mestrado no PPGEF na linha de pesquisa, Políticas e Práxis em Educação Profissional, finalizando com as referências bibliográficas utilizadas no trabalho.

No próximo capítulo, abordaremos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, as definições de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estado do conhecimento, bem como descreveremos o passo a passo da pesquisa bibliográfica realizada pela internet através das dissertações localizadas pelo descritor “programa mulheres mil” no catálogo de teses e dissertações da CAPES e dos artigos localizados na plataforma Scielo, que foram tratados e analisados em busca de dados relacionados ao objeto de estudo desta pesquisa de mestrado.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“A ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”.

(SEVERINO, 2016)

O início do processo científico começa quando um pesquisador, através da ciência, se utiliza de métodos, dentre eles a observação, a coleta de dados, os registros observados, a análise documental, as entrevistas e a tabulação dos dados, gerando os resultados observados no estudo.

Nosso trabalho parte de uma abordagem histórico-crítica das políticas educacionais no Brasil, com recorte de educação profissional para as mulheres. Como lastro teórico da abordagem do problema, escolhemos o materialismo histórico-crítico por compreendermos que se trata de uma investigação que envolve o processo histórico, bem como a apreciação de instrumentos que legitimam uma ação política do Estado frente à educação e a percepção dos atores sociais envolvidos.

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, realizamos uma pesquisa social seguindo a abordagem qualitativa. Segundo Creswell (2010, p. 206), “a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação de dados”. A pesquisa qualitativa se caracteriza por buscar significados atribuídos aos fatos que são observados. Nesse tipo de investigação, o pesquisador se propõe a participar, compreender e interpretar as informações que ele obtém através da pesquisa.

Para Gil (2008, p. 26), podemos “[...] definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”, compreendendo como realidade social no sentido mais amplo, que envolve todos os aspectos relativos ao ser humano seus variados relacionamentos com outros entre si a sociedade.

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O principal procedimento de pesquisa utilizado em nosso trabalho foi a pesquisa bibliográfica, pela qual realizamos um levantamento do material bibliográfico

disponível sobre o nosso objeto de estudo, o Programa Mulheres Mil, que serviu de principal fonte para o trabalho científico em estudo.

Para Severino (2016), em relação à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto, a pesquisa pode ser bibliográfica, de laboratório e de campo. Segundo o mesmo autor, a definição de pesquisa bibliográfica

[...] é aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2016, p. 131).

A pesquisa bibliográfica é assim elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, internet, teses, dissertações. É possível chamá-la também de revisão bibliográfica.

Neste mesmo sentido, Gil (2002, p. 44), menciona que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Além disso, também explica que os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou pesquisas que se propõem à análise das diversas posições sobre um problema. A nossa pesquisa ocorreu baseada em estudos sobre materiais já publicados sobre nosso objeto de estudo Programa Mulheres Mil no Brasil.

2.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Outro procedimento metodológico selecionado para o desenvolvimento do trabalho e de indiscutível relevância para a avaliação política da política é o de cunho documental.

De acordo com Severino (2016, p. 131), “no caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”. Ou seja, todos os tipos de fontes documentais são materiais de pesquisa e serão utilizados em nossa pesquisa.

Para Gil:

[...] a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes.” Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

Nessa pesquisa, utilizamos os documentos legais como portarias relacionadas ao objeto de estudo do Programa Mulheres Mil, os editais de chamadas do programa, a Constituição Federal de 1988 e os relatórios do IBGE.

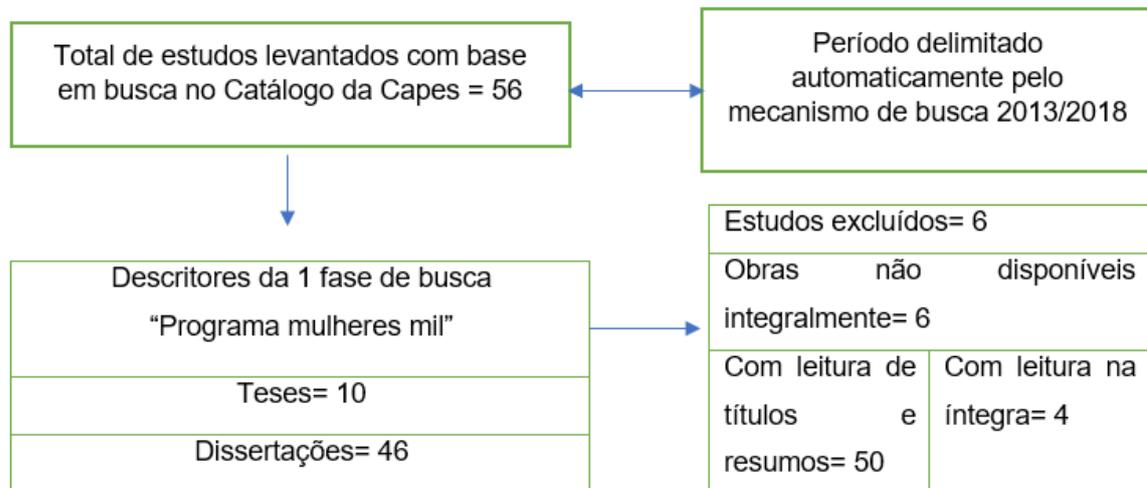
2.3 ESTADO DO CONHECIMENTO

De acordo com Severino (2016), é primordial deixar claro o tipo de metodologia que será utilizada para a realização da pesquisa. Assim, a metodologia escolhida para esta pesquisa que se denomina estado do conhecimento busca trazer à discussão os estudos que antecederam o dessa pesquisa.

A pesquisa definida como Estado do Conhecimento tem caráter bibliográfico e permite o mapeamento das produções científicas de uma determinada área de conhecimento, isto é, o estado de conhecimento é compreendido como uma identificação, um registro ou uma categorização que nos permite refletir e sintetizar sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo. Essa metodologia pode ser realizada em repositórios de periódicos, de teses, de dissertações e de livros sobre uma temática específica (MOROSINI; FERNANDES, 2014). Nossa pesquisa foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da plataforma Scielo (*Scientific Electronic Library Online*).

Essa pesquisa tem como finalidade conhecer o que já foi produzido sobre a temática do Programa Mulheres Mil. Na Figura 2, demonstramos os procedimentos realizados na busca pelo estado do conhecimento.

Figura 2 – Levantamento e Seleção de Estudos – Programa Mulheres Mil – CAPES



Fonte: elaboração própria (2021).

A coleta de dados empregou um protocolo que incluiu as fases de planejamento, pesquisa, triagem e análise. A base de dados <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> foi utilizada para pesquisar as teses e dissertações, utilizamos como descritor o seguinte: "programa mulheres mil".

O processo de busca foi realizado em abril de 2019, quando localizamos 56 documentos. Durante a fase de triagem, foram excluídos 6 trabalhos, pelo fato de os arquivos para análise e leitura não estarem disponíveis.

O foco deste estudo incluiu a análise quantitativa dos seguintes dados:

a) Levantamento dos resumos junto a CAPES: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

b) Na página do Catálogo da CAPES, escrevemos no espaço da busca o termo "programa mulheres mil";

c) Com esta delimitação, encontramos 56 (cinquenta e seis) teses e dissertações produzidas pelas universidades brasileiras entre os anos de 2013 e 2018, que formaram o *corpus* da investigação.

d) Para a análise das publicações a partir dos resumos, criamos uma tabela no programa Excel, com as seguintes categorias: tipo, referências, orientador, instituição

de ensino, ano, cidade, estado, programa de pós, palavras-chaves, observação, espaços de pesquisa, metodologia, procedimentos de pesquisa.

e) Produção de gráficos para análise quantitativa das teses e dissertações, de forma a quantificar a metodologia, os programas, as instituições e espaços de pesquisa por região do país.

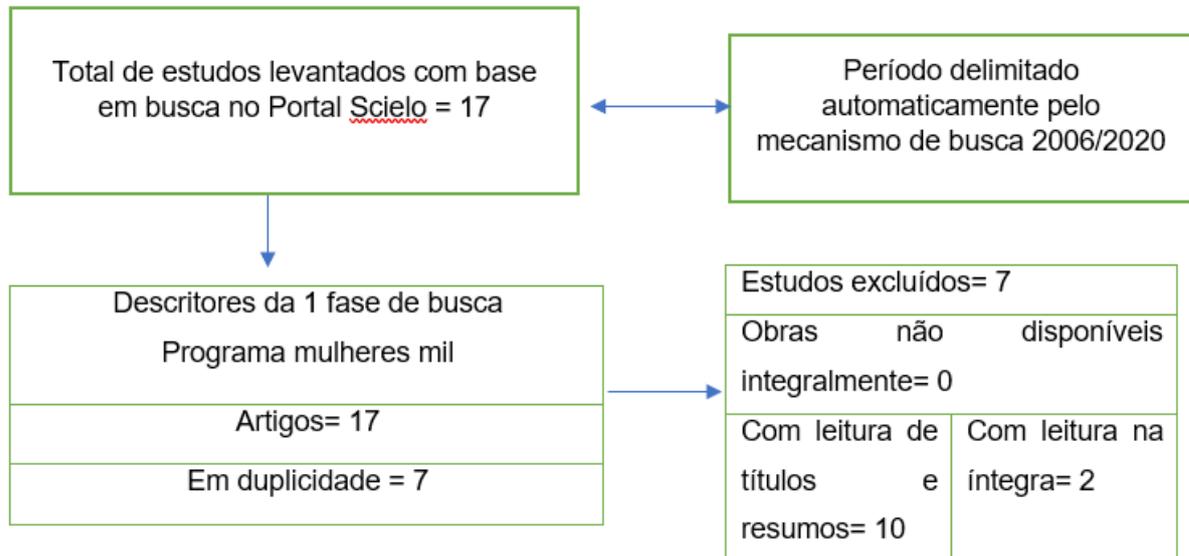
Através do estado do conhecimento, observamos que as ressonâncias acadêmicas do PMM têm rebatimentos em todas as regiões do país, e foram encontrados espaços de análise em 20 estados e no Distrito Federal, como uma iniciativa governamental específica dos institutos federais, não havendo, *a priori*, nenhuma identificação do programa em execução nas universidades brasileiras.

Em busca de uma fonte de pesquisa na internet, escolhemos para estudo a plataforma Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*), que é uma base de dados cujo objetivo é oferecer sem custos para periódicos indexados, três opções e serviços de gestão *online* de manuscrito.

A base de dados Scielo (<https://www.scielo.br/>) foi utilizada para pesquisar os artigos científicos de acesso aberto relacionados com os critérios de inclusão “Programa Mulheres Mil”, objeto de estudo dessa pesquisa. O processo de busca foi realizado em agosto de 2021, no qual localizamos 17 trabalhos, sendo que 7 destes estavam em duplicidade e foram excluídos dos achados. Dessa forma, passamos a trabalhar com 10 artigos, mas ao lermos os títulos e resumos, apenas 02 deles tratavam do Programa Mulheres Mil, de maneira que os lemos em sua totalidade e retiramos seus objetivos e conclusões.

Após a coleta dos dados na plataforma Scielo e com a planilha do levantamento dos dados preenchida, fizemos uma análise dos dois artigos levando em consideração os objetivos e as conclusões encontradas.

Figura 3 - Levantamento e Seleção de estudos – Programa Mulheres Mil - Scielo



Fonte: elaboração própria (2021).

O foco deste estudo incluiu a análise quantitativa e qualitativa dos seguintes dados:

- Levantamento dos resumos junto ao Scielo: acessamos o site <https://www.scielo.br/>;
- Na página da Scielo, escrevemos no espaço do assunto o termo “programa mulheres mil” e clicamos no campo de busca;
- Com esta delimitação, encontramos 17 (dezessete) trabalhos produzidos pelas universidades brasileiras entre os anos de 2006 e 2020, que formaram o *corpus* da investigação.
- Para a análise das publicações a partir dos artigos, criamos uma tabela no programa Excel, com as seguintes categorias: título, autores, ano, palavras-chaves, revista, objetivos e conclusões.

Neste caso, podemos concluir que os dois artigos localizados na plataforma Scielo possuíam o objetivo de verificar os resultados do PMM, sendo o primeiro de Campos (2018), relacionado à vulnerabilidade à insegurança alimentar das alunas do programa. No texto, foi possível observar que com o aumento da renda um dos determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), era possível superar a vulnerabilidade alimentar, mas que seriam necessários estudos mais aprofundados, realizados com objetivo de analisar diferentes dimensões de programas e políticas

públicas e suas possíveis relações com a SAN, especialmente com recorte de gênero feminino.

Enquanto isso, no estudo Concertti, Souza e Loreto (2018), o seu objetivo geral era verificar se as técnicas utilizadas na implementação do PMM são capazes de fomentar a equidade de gênero por meio da inclusão educacional e produtiva e como esse processo se deu. Porém, os resultados permitem concluir que o programa teve limitações para o pleno alcance dos objetivos propostos, em termos da redução da pobreza e inclusão das mulheres com risco de vulnerabilidade social no mundo do trabalho. Mesmo com os auxílios financeiros destinados às alunas e à parceria realizada com os Institutos Federais de Educação, a técnica utilizada para a implementação do PMM, dentro da perspectiva *top down*², propiciou reduzida emancipação, não contribuindo para a melhoria do nível de escolaridade e não promoveu capacitação profissional condizente com o mercado laboral local.

2.4 AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA COMO PESQUISA CIENTÍFICA

Nesta seção, discutiremos as bases metodológicas para avaliação de política pública como metodologia de pesquisa. Sendo assim, utilizaremos alguns autores que discorrem sobre a avaliação de políticas públicas, como Souza (2013), Silva (2015), Azevedo (2010), Frey (2000), Costa e Castanhar (2003), Draibe (1993), Arretche (2001), Weiss (1982) e Figueiredo e Figueiredo (1986).

2.4.1 Avaliando o PMM na produção acadêmica brasileira

Retomando o objetivo da pesquisa, trata-se de uma metodologia própria de avaliação de política pública como pesquisa científica, particularmente a avaliação política da política e especificamente no âmbito da educação profissional, o objeto é Programa Mulheres Mil. Por se tratar de um programa destinado ao público feminino, essas políticas constituem desafios políticos, sociais, culturais e pedagógicos. Essa avaliação foi realizada entre a gênese do programa até o ano de 2018.

² Um olhar de cima para baixo das instituições.

Já delineamos que a pesquisa é de cunho social e de abordagem qualitativa, por meio da abordagem histórica das políticas educacionais no Brasil, com recorte para a Educação Profissional voltada para as mulheres. Como lastro teórico da abordagem do problema, escolhemos o materialismo histórico crítico por compreendermos que se trata de uma investigação que envolve o processo histórico, bem como a apreciação de instrumentos que legitimam uma ação política do Estado frente à educação e a percepção dos atores sociais envolvidos.

Para Gil,

O materialismo histórico, a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social. As causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios (GIL, 2008, p. 22).

Sendo assim, para um pesquisador que adota o quadro de referência do materialismo histórico, é necessário enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. Nesse sentido, ressalta-se a identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as estruturas políticas e jurídicas, pois ele procede à interpretação dos fenômenos observados para refletir sobre o papel das mulheres nesse processo histórico.

A discussão sobre avaliação de políticas públicas é realizada utilizando Souza (2013) como referencial, por fazer uma exposição das características gerais e uma síntese histórica da avaliação. Em seguida, realizamos o aprofundamento teórico-metodológico para o entendimento dos objetivos deste trabalho. Segundo Souza (2013), avaliar é, no geral, atribuir valor a partir de determinados parâmetros e critérios, é comparar uma situação empírica com a que seria a ideal, apresentando como processos principais a agenda, a formulação, a implementação e a avaliação.

Para Silva (2015), as políticas públicas se desenvolvem em um ciclo que é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Ainda sobre esse ciclo, Souza (2006) descreve que existem processos simultâneos nas políticas públicas e não etapas fechadas, fazendo com que tenhamos momentos e não fase ou etapas. Os momentos das políticas públicas são sintetizados da seguinte forma: “identificação do problema (onde estaria incluída a agenda), a formulação de

soluções, a tomada de decisão, a implementação ou execução e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 79).

Na concepção de Silva (2015, p. 26), “a agenda é entendida como o assunto que passa a merecer atenção e que é colocado na pauta de discussão na arena política”. O que para Souza (2006), tem como propósito pensarmos:

[...] como uma questão ou uma demanda torna-se foco de interesse na política? O que determina a agenda para controvérsia política na comunidade? Como a agenda é construída e quem participa da sua construção? E, já que a balança de forças sociais influenciaria ou controlaria o conteúdo da agenda política com vantagens para uma parte, como esta correlação poderia ser mudada e quais as consequências? (SOUZA, 2006, p. 80)

Enquanto isso, a formulação de políticas públicas é construída na escrita de Azevedo (2010, p. 38) como sendo uma fase de relevante importância, pois é nela que “se definem os princípios e as concepções que fundamentam os conteúdos e os objetivos, as metas e os recursos, dentre outros aspectos”, posto que é nesse momento que os atores políticos pensam as políticas a serem utilizadas e necessárias para a sociedade como um todo.

Conforme menciona Frey (2000), é na formulação que

[...] se decide se um tema efetivamente vem sendo inserido na pauta política atual ou se o tema deve ser excluído ou adiado para uma data posterior, e isso não obstante a sua relevância de ação. Para poder tomar essa decisão, é preciso pelo menos uma avaliação preliminar sobre custos e benefícios das várias opções disponíveis de ação, assim como uma avaliação das chances do tema ou projeto de se impor na arena política (FREY, 2000, p. 227).

Avaliar permite que se tenha informações importantes para a tomada de decisões e o planejamento; comporta comparar objetivos programados e alcançados; ajuda na correção de rumos; possibilita transparência nas ações; pode condicionar a liberação de recursos financeiros, do ponto de vista político, já que uma avaliação política é um ato político. Por isso, na visão de Souza (2013), não existe neutralidade, uma vez que uma avaliação de políticas públicas tanto pode desgastar as instituições ou as legitimar, quanto, em dadas situações, pode exercer o controle social sobre as pessoas.

Souza (2013, p. 15) ainda declara que a avaliação política não se trata apenas de “comparar as alternativas políticas, mas sim, pesar e comparar com outras políticas contrárias”. Nesse entendimento, Figueiredo e Figueiredo (1986) afirmam que a avaliação política das políticas públicas:

[...] não deve se perder na mera análise conceitual dos princípios (explícitos ou implícitos) que fundamentam a formulação da política. Pelo contrário, reconhecendo o consenso social existente em relação aos princípios contemplados no plano de prioridades, deve voltar-se para a questão da compatibilidade interna entre esses princípios e da consistência deles com os mecanismos institucionais previstos. Em determinados momentos, ocorrerão incongruências e trade offs. Nesses casos, opções terão que ser feitas e, então, o conhecimento de alternativas teoricamente possíveis e de suas respectivas consequências torna-se essencial (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 109)

Sobre as metodologias de avaliação, Costa e Castanhar (2003) nos dizem que:

Trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, tendo em vista a determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos. É uma atividade permanente e não restrita à etapa final do ciclo da política pública (que inclui as fases: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação), que informa sobre seus avanços e limites. O processo da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto a continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 72).

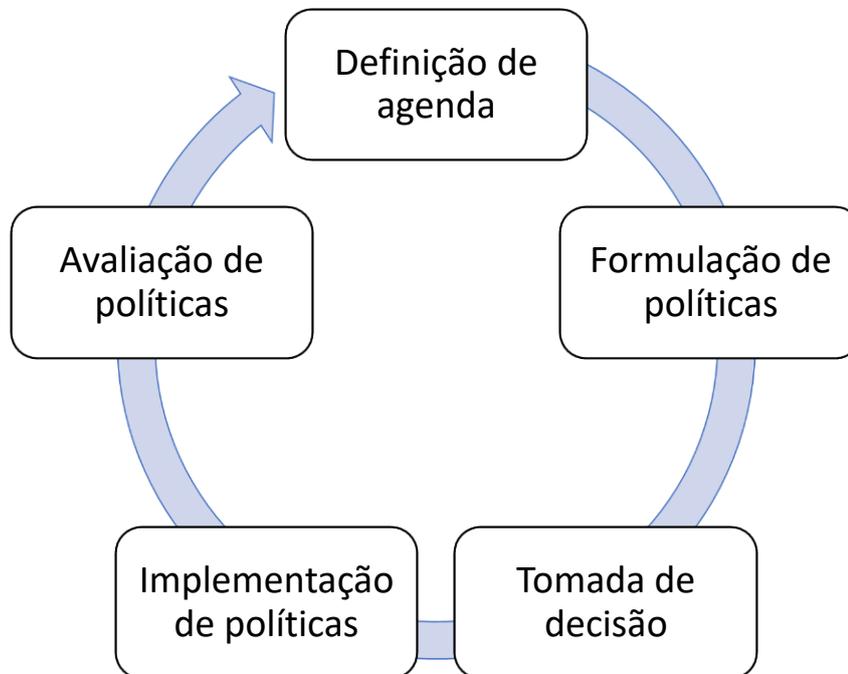
Para Draibe (1993), a avaliação política propicia a compreensão das políticas e do Estado; enquanto para Arretche (2001), é um instrumento de tomada de decisões que busca viabilizar o controle social dos gastos públicos e das ações do governo, considerada, assim, como um instrumento de direito democrático. Como os nossos estudos se propõem a uma avaliação política, consideramos que esta apresenta algumas características explícitas de atribuição de valor, como a justiça social, a eficiência, a redução de custos, a equidade, dentre tantos outros.

A avaliação acadêmica permite maior rigor científico e isenção, ainda que a neutralidade seja um mito. Em relação a isso, Souza (2013) afirma que, na relação entre a tríade - política, avaliação e ideologia-, os interesses e a busca de informação sobre a avaliação são atividades políticas dentro de um contexto político, portanto a neutralidade é discutível, visto que os três elementos centrais do conteúdo de uma

política são: a ideologia, os objetivos e, por fim, a teoria que os orienta, seja implícita ou explicitamente, o que seria a proposta política. Isso acontece mesmo que consideremos que a avaliação acadêmica seja mais formal.

Com isso, temos que as questões mais imediatas, as quais passam a ser verificadas nos estudos de avaliação, são: em que medida os objetivos propostos na formulação do programa-projeto foram alcançados? Quais os motivos que podem levar ou não a atingir os resultados? Na Figura 4, apresentamos o ciclo de uma política.

Figura 4 - Infográfico do ciclo das Políticas Públicas do PMM



Fonte: Modelo adaptado do Livro de Wu (2014).

A avaliação política é um ato político, e podemos afirmar que a política é carregada de ideologia, a qual busca afirmar ou legitimar no poder um grupo ou uma classe dominante, com um vínculo maior com a dominação, no qual a legitimação pode se dar através de crenças e de valores disseminados na cultura social. As ideias que desafiam o grupo dominante passam a ser desacreditadas socialmente e a realidade social passa a ser obscurecida para favorecê-lo.

Dessa forma, se analisarmos na história, antes do sistema capitalista, a ideologia dominante está ligada ao poder da religião, enquanto o que determina

atualmente quem tem o seu domínio é o fator econômico. Nessa perspectiva, Poulantzas (1980) afirma que o Estado capitalista reproduz a ideologia dominante através da ideologia do Estado neutro, demonstrando ser defensor dos interesses gerais, árbitro entre as lutas de classe, garantidor das liberdades dos cidadãos e administrador do bem-estar social.

Dessa maneira, é preciso sempre pensarmos que ideologia implícita em cada política pode ser compreendida interpretando o conteúdo das propostas e as concepções subjacentes. Nas políticas públicas e, mais especificamente, nas de educação, podemos observar as ideias de menor custo e maior eficiência, da mesma maneira a parceria público-privada. Nas políticas públicas, em grande medida, a implementação ocorre de forma diferente da formulação delas, e os objetivos declarados dos programas são aqueles que estão nos documentos formais; entretanto, os objetivos verdadeiros não necessariamente estão em consonância com os declarados. Por isso, a necessidade de sua apreensão pela avaliação política.

Weiss (1982) afirma que quando a avaliação passa a ser de responsabilidade das instituições, que implementam ou executam essas políticas, e não dos que recebem os objetivos declarados, não se torna claro o juízo se os beneficiários têm de outras necessidades não atendidas pela política. Portanto, seria equivocado sempre afirmarmos que os objetivos das políticas, dos programas e dos projetos sempre procuram o bem-estar ou melhorar a vida das pessoas.

Outro dado importante nesta discussão é que na América Latina, incluindo-se o Brasil, é a indução externa das agências multinacionais de financiamento que determina o caráter tanto das políticas como das avaliações que serão realizadas, caracterizando o estilo dessas como extremamente gerencial. Sendo assim, a avaliação científica de políticas públicas deve ser considerada na academia como um fenômeno relevante para o entendimento da realidade social.

Ratificamos que a avaliação sofre as influências das agências internacionais, visto que tais práticas são disseminadas em um contexto de grande dependência econômica externa, especialmente frente ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, que, para financiarem as políticas dos Estados Nacionais, impõem a obrigatoriedade da prática da avaliação das ações, com o propósito de controlar e otimizar o gasto dos recursos. As referidas práticas são orientadas pela focalização,

descentralização e privatização dos programas sociais; refletem-se, assim, na avaliação, no sentido de aferir a eficiência na utilização dos recursos e no dimensionamento da eficácia de como os objetivos foram alcançados (FERREIRA, 2017a).

No contexto anos 1990, há um grande impulso nas práticas de avaliação das políticas, agora na conjuntura da reforma do Estado brasileiro, tendo em vista a nova organização do capitalismo mundial, proporcionado pelo projeto de desenvolvimento neoliberal e assumido pelos governos brasileiros a partir desse período. Com essa realidade, percebemos uma redução das ações públicas do Estado, através da adoção de medidas como a terceirização e a privatização de suas atividades.

Entretanto, sob o argumento do aumento da eficiência do Estado na gestão das políticas sociais, essas foram transferidas para Estados, Municípios e entidades filantrópicas. Ou seja, com o condicionamento do financiamento dos programas por órgãos internacionais, tendo em vista a eficiência³ e a eficácia⁴ no uso dos recursos, a avaliação passa a ser assumida como mecanismo de controle social das políticas públicas do Estado, com intensa participação de avaliadores externos, em busca da eficiência dos gastos públicos e da eficácia dos programas sociais.

A partir dessas considerações metodológicas sobre a avaliação política de políticas públicas, acrescentamos o pensamento de Souza (2014), o qual afirma que para a diferenciarmos de forma analítica e didática temos que perceber os três elementos centrais de uma política pública: o primeiro é a ideologia; o segundo diz respeito aos objetivos; e o terceiro, a teoria que orienta implícita ou explicitamente a proposta política. Quanto ao PMM, observa-se a ideologia da justiça social e a igualdade de gênero, bem como os objetivos de através da qualificação profissional das mulheres como forma de melhorar as condições de vida da família e a teoria de que a educação é uma forma de superação das desigualdades sociais e econômicas.

A ênfase nas avaliações das políticas da eficácia e da eficiência dos programas não deve se restringir aos aspectos instrumentais e objetivos. É necessário avaliar

³ O conceito de eficiência, ao ser transplantado como critério de avaliação de políticas, especialmente de políticas sociais, ganha uma nova dimensão: ao lado da noção estritamente econômica de custo-benefício agrega-se a noção de custos e benefícios políticos. (Figueiredo; Figueiredo, 1986, p. 114)

⁴ A eficácia é quando as metas atingidas são iguais, superiores ou inferiores às metas propostas. (Figueiredo; Figueiredo, 1986, p. 112)

também a eficácia e a eficiência política na geração e distribuição dos bens e serviços que os programas propõem.

Com essa compreensão, encaminhamos para o nosso objetivo geral fazer uma avaliação política da política de educação profissional do Programa Mulheres Mil, para que seja possível fortalecer e dar continuidade a reprodução do Programa no contexto das políticas públicas de Educação Profissional no Brasil. Por se tratar de um programa destinado ao público feminino, essas políticas constituem desafios políticos, sociais, culturais e pedagógicos.

3 O PROGRAMA MULHERES MIL E SUA FORMULAÇÃO COM BASE NO CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA

“Qualquer um que saiba alguma coisa da história sabe que grandes mudanças sociais são impossíveis sem o fermento feminino”

(Marx, 2013)

O PMM é implantado no Brasil a partir da perspectiva de uma política pública destinada às mulheres em situação de vulnerabilidade social, sendo de suma importância para muitos lares brasileiros onde as mulheres são as provedoras. O programa foi idealizado como uma forma de levar o conhecimento para muitas dessas mulheres, que não tiveram oportunidade de estudar e se profissionalizar nos anos iniciais, mas apenas quando as mulheres já eram provedoras, contudo devido à falta de oportunidades de trabalho, estavam desempregadas e em situação socioeconômica de vulnerabilidade. O PMM chega com o intuito de diminuir as desigualdades sociais e dar nova oportunidade a essas mulheres já vulneráveis

A busca pela desnaturalização da desigualdade passa pela conscientização de que se trata de um conjunto de injustiças. A desigualdade social é sempre uma relação política, passível de ser enfrentada pela ação do Estado e afirmada pelas lutas coletivas por direitos, cujo efeito democrático pode ser desestabilizador de privilégios historicamente reproduzidos pelas elites (CAMPELLO, 2017). Sendo assim, é importante que o Estado esteja empenhado em introduzir políticas públicas que enfrentem a desigualdade histórica enfrentada pelo Brasil desde os primórdios, o que fez da nação um país tão desigual, em que “os 5% mais ricos detém a mesma fatia de renda que os demais 95%” (CAMPELLO, 2017, p.11).

As políticas públicas da educação profissional para mulheres no Brasil são poucas e para mulheres em vulnerabilidade social, menos ainda. O PMM insere-se nas pesquisas sobre a concepção de educação como instrumento de avanço e desempenho da cidadania social. Por intermédio do PMM, visualiza-se o processo de superação das desigualdades sociais pelas vias da educação, priorizando-se como formação inicial a educação profissional, assentada nos diversos documentos legais que oficializam o referido Programa.

Para Cabral Neto (2004), as políticas educacionais estão densamente presentes no país com matizes diversas, nos discursos acadêmicos e científicos, como também nos mais diversos planos e programas governamentais, no âmbito nacional e mundial, assumindo configurações próprias em cada contexto social. Ele

analisa o contexto do período que compreende os anos de 1990 e as primeiras décadas do século XXI e ressalta que a escolha ideológica e política foi o neoliberalismo, que na sua versão original propunha o Estado Mínimo, necessário para promover reformas em todas as áreas, redimensionando o papel do poder estatal.

Cabral Neto (2012) ainda destaca que o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva se constituem em dinâmicas de essências semelhantes que objetivam a superação da crise do capitalismo e a manutenção da sua essência, a acumulação e controle do capital. No entanto, o autor ressalta que a educação como instrumento de desenvolvimento da cidadania, mesmo sob a égide do neoliberalismo, encontra-se fortemente delineada nos planos governamentais, assumindo configurações próprias em cada contexto, como também postulam Rocha e Silva (2016).

Ao analisar a primeira década do século XXI, apoiamos nossa reflexão nas contribuições de Frigotto e Ciavatta (2011). Esses autores assinalam que a análise deste período não pode ser realizada apenas observando as ações que nele foram desenvolvidas, mas considerando as motivações históricas que o antecederam e as contribuições dos movimentos sociais no embate com a burguesia conservadora. A análise dar-se-á a partir do ano de 2003, com o advento do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), uma vez que não é a cronologia que define a conjuntura, mas a gênese dos acontecimentos e dos fatos mediados pelos interesses e forças que as produzem.

Destaca-se que a primeira década dos anos 2000 foi marcada por uma produção crítica que defendia um ideal de sociedade mais justa e igualitária, que entendia o Estado como organismo que deveria provocar reformas que alterassem as estruturas jurídicas, políticas, e econômicas de fortalecimento da sociedade capitalista, buscando a repartição da riqueza (ROCHA; SILVA, 2016).

Frigotto e Ciavatta (2011) e Cabral Neto (2004) destacam em suas obras que o exercício pleno de cidadania (universal), de garantia de todos os direitos, conforme defendeu Marshall⁵ (1967) em sua teoria, baseada na tríade de direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, não se concretizou plenamente em uma sociedade de

⁵ Aprofundar em MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

classe, uma vez que sua garantia não se efetiva e/ou se efetivou plenamente pelas vias formais (legais). O que se identifica é que apenas os direitos políticos e civis foram assegurados, como meios de sustentação e qualificação dos sujeitos cidadãos do Estado, necessários à manutenção dos moldes sociais de sustentação do capital. Neste contexto, a cidadania defendida no conjunto das políticas públicas acontecia mediante concessão seletiva e diferenciada atrelada aos interesses mercadológicos, como resultado de processos de estabilização de privilégios a favor de grupos comunitários organizados.

Tem-se, portanto, a construção de uma cidadania social, como ação histórica, cultural e social, que significa conquista de determinados direitos sociais por parte da classe trabalhadora, resultantes de lutas empreendidas entre o capital e trabalho. Trata-se, portanto, de uma cidadania seletiva, que vai garantindo, de forma parcelada, os direitos sociais àqueles não estendidos ao conjunto da sociedade. Se inclui a igualdade de oportunidades, em todos os campos sociais, lastro em que se situa a luta das mulheres, dos negros, dos sem-terra, dos índios, dentre outros grupos, que na totalidade, constituem a classe trabalhadora (ROCHA; SILVA, 2016).

Neste contexto, situamos o Programa Nacional Mulheres Mil como uma ação pontual no que se refere a questão de gênero, no campo da Educação Profissional que se une às demais no enfrentamento das desigualdades persistentes, elaborada por motivação governamental.

Nos estudos dos documentos oficiais do IFRN, localizamos três Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), os quais seguem:

- a) PDI 2009-2014;
- b) PDI 2014-2018;
- c) PDI 2019-2026.

O PDI 2009-2014 foi elaborado logo após a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, aliada ao Programa de Expansão da Rede, deflagrado a partir de 2006, provocando grandes e profundas mudanças no então Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN). Essas mudanças vão além da nova denominação e do aumento do número de Unidades Educacionais. Para tanto, depois da construção do novo Estatuto da instituição, a comunidade acadêmica teve a oportunidade de voltar-se para a

elaboração deste PDI, que abrange um período de cinco anos, de 2009 a 2014 (IFRN, 2009).

O PDI foi elaborado de maneira democrática, participativa e técnica, sendo realizada a estruturação de um plano comprometido com a função social da instituição e seus princípios norteadores, em sintonia com as demandas sociais, considerando o contexto socioeconômico da época de sua elaboração, com vistas a traçar estratégias para o fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) tem a função social de promover a educação científico–tecnológico–humanística visando a formação integral do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido efetivamente com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso se materializa nas ofertas educacionais de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio e de ensino superior de graduação e pós-graduação, fundamentadas na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento.

Na ocasião da elaboração do PDI, o PMM já havia sido implantado como projeto piloto no ainda CEFET e, com a sua nova institucionalidade, começava uma nova fase do programa, mas mesmo assim, o PMM não foi contemplado no PDI 2009-2014.

Em 31 de outubro de 2014, o novo PDI (2014-2018) foi aprovado através da Resolução de Nº 29/2014-CONSUP e atualizado em 06 de maio de 2006 pela Resolução Nº 17/2016-CONSUP.

O PDI 2014-2018 do IFRN foi elaborado, quanto à forma, seguindo as orientações previstas no Artigo 16 do Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo ainda como base legal a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (IFRN, 2016).

Também foram observados, nessa elaboração, os seguintes documentos institucionais: o Projeto Político-Pedagógico de 2012 e a sua respectiva Organização Didática, o Estatuto e o Regimento Geral do IFRN. Além disso, serviu de parâmetro o documento orientador de elaboração do PDI na Rede Federal, construído no Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional, órgão de assessoramento ao CONIF.

O IFRN, com unidades em todo o Estado do Rio Grande do Norte, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, que tem como função social “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais” (IFRN, 2012).

A Lei nº 11.892/2008 define princípios, finalidades, características e objetivos do IFRN, reproduzidos, em sua íntegra, no Estatuto aprovado pela Resolução nº. 66/2009-CONSUP/IFRN. As características e as finalidades básicas do IFRN são as seguintes:

- a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e em todas as modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico;
- b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
- c) promover a integração e a verticalização em todos os níveis de ensino (da educação básica à educação profissional e à educação superior), otimizando a infraestrutura física e valorizando os recursos humanos;
- d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação, do desenvolvimento e do fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades locais e regionais;
- e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, reflexivo e voltado à pesquisa;

- f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo formação inicial e continuada aos docentes das redes públicas de ensino;
- g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- h) realizar e estimular a pesquisa científica e tecnológica, a produção cultural e a inovação tecnológica;
- i) estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- j) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as voltadas à sustentabilidade ambiental e às demandas da sociedade (IFRN, 2016, p.30-31).

Nos estudos sobre o PDI- 2014-2018, atualizado em 2016, não observamos de forma clara o oferecimento do PMM, apesar de constar em suas características e finalidade o oferecimento de cursos em todos os níveis, os que subentende que a educação de Formação Inicial e Continuada (FIC) dos trabalhadores e educação profissional de nível médio constavam nas ofertas dos cursos dos IFs.

No PDI 2019-2026, localizamos pela primeira vez a ocorrência do Programa Mulheres Mil em seu texto, visto que na Nota Técnica N° 83/2018/CGRS/DPR/SETEC, emitida pelo MEC em novembro de 2018, que apresentou as diretrizes do processo de institucionalização do Programa Mulheres Mil na RFEPCT, solicitava a realização de formação e também de garantia da metodologia do PMM, realizadas pelo desenvolvimento de iniciativas de capacitação de servidores na metodologia de acesso, permanência e êxito, além do planejamento estratégico para inserção das ações do PDI (IFRN, 2018).

O PDI 2019-2026 constitui-se como o instrumento que apresenta a estratégia de atuação do IFRN nos 8 anos de sua vigência, sendo a base para a construção dos planos anuais em todas as suas unidades, tendo como referência as políticas institucionais, a missão e visão, a constituição enquanto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como a infraestrutura disponível para o desenvolvimento de sua função social.

Para sua implementação, o PDI estruturou um mapa estratégico cujos objetivos são compartilhados com todas as instâncias administrativas, promovendo a integração das áreas em busca do resultado comum à toda a instituição (IFRN, 2018).

3.1 A ENTRADA DO PROGRAMA MULHERES MIL NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA

No período de 8 a 10 de novembro de 2004, reuniu-se em Brasília o Grupo de Alto Nível⁶ do Educação para Todos⁷, atendendo a um do convite feito pelo Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Nesta ocasião, foi feito um alerta aos líderes de governo presentes sobre o não cumprimento da meta relacionada à promoção da equidade de gênero na educação fundamental e básica prevista até 2005. Sendo assim, os participantes indicaram a necessidade de os governos concentrarem ações voltadas para esta temática a fim de obterem resultados positivos para as metas propostas até 2015. Faz-se aqui uma ressalva sobre a demora no cumprimento de metas estabelecidas em planos decenais de Educação para Todos (TUNIN, 2015).

A questão da promoção da equidade de gênero passou a ter um limite de vinte anos para que os governos atuassem de maneira efetiva em prol dela. Os dez anos iniciais traçados até 2005 passaram pela prorrogação prevista até 2015, ou seja, a equidade de gênero ainda é uma discussão incipiente. Diante dos apontamentos feitos pela UNESCO, o Governo Federal, por meio da SETEC/MEC, estabeleceu uma parceria com a Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC) e diversos órgãos nacionais⁸. Essa parceria foi estabelecida pois os *colleges* do Canadá possuíam conhecimento e experiências de promoção da equidade, de atendimento às populações desfavorecidas e de desenvolvimento e aplicação do sistema de avaliação

⁶ O referido grupo é composto por Chefes de Estado, Ministros, Dirigentes de organismos internacionais, dirigentes de organismos não governamentais e funcionários de agências internacionais.

⁷ No ano 2000, em Dacar, ocorreu o Fórum Mundial de Educação, onde se definiu, através do documento "Educação para Todos", um conjunto de metas para 164 governos expandirem de forma substancial as oportunidades e ações voltadas para a educação de crianças, jovens e adultos até o ano de 2015.

⁸ Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e Agência Canadense para o desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI).

e reconhecimento de aprendizagem prévia – ARAP. Embora Brasil e Canadá apresentem características sociais bastante distintas, o governo brasileiro entendeu que a experiência e metodologia canadenses foram exitosas. Dessa forma, seriam instrumentos proveitosos na realidade das mulheres do Brasil (TUNIN, 2015).

Ao longo da história, as mulheres tiveram uma trajetória de desigualdade e subordinação com relação aos homens, situações que estão relacionadas às questões sociais, políticas, econômicas e culturais. No Brasil, o reconhecimento da igualdade em direitos e obrigações entre homens e mulheres ocorreu apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso I.

Ao analisar a Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), observamos que a palavra “mulher” está citada 12 vezes em 9 artigos distintos. A primeira citação ocorre no artigo 5º, inciso I, garantindo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações; no artigo 7º, inciso XX, garantindo a proteção do mercado de trabalho a mulher, mediante incentivos específicos; no artigo 40, inciso III, alíneas a) e b), assegurando a aposentadoria voluntária a servidora pública, desde que cumprida o tempo mínimo de contribuição; no artigo 143, § 2º, isentando a mulher ao serviço militar obrigatório; artigo 183, § 1º, título de domínio e concessão à mulher que possuir área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família. No artigo 189, parágrafo único, o título de domínio e a concessão de uso às beneficiárias da distribuição de imóveis rurais. No artigo 201, inciso V, é assegurado a pensão por morte ao cônjuge ou companheiro e dependentes da mulher que contribui com a previdência social. Além disso, o mesmo artigo § 7º, incisos I e II, asseguram à mulher a aposentadoria no regime geral de previdência nos termos da lei. Por fim, no artigo 226, § 3º e § 5º, o Estado assegura a proteção à união estável e sociedade conjugal a mulher e ao homem igualmente (BRASIL, 1988).

Após esses direitos assegurados pela CF, discutiremos sobre as políticas públicas que foram produzidas para beneficiar as mulheres que, após longos anos de injustiças e desigualdades, passaram a ter o mínimo de dignidade e a ter seus direitos garantidos pelo Estado, primeiramente pela Constituição Federal de 1988 do Brasil, como já enfatizamos.

A primeira turma do projeto Mulheres Mil formada em caráter experimental foi no estado do Rio Grande do Norte, com o curso de turismo sendo ofertado pelo Centro

Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Essa turma encerrou as suas atividades em 2005 e os resultados avaliados pelas instituições envolvidas foram positivos.

[...] As narrativas orais das mulheres participantes refletem que houve uma transformação substantiva na vida pessoal e familiar, como sujeitos da sua própria história. Há casos em que os filhos voltaram a estudar porque querem seguir o exemplo da mãe; outras garantem a renda familiar com a própria produção etc. Os primeiros resultados de sucesso já apontavam para o caminho da institucionalização da experiência como política pública inovadora, na qual a educação e a formação profissional e tecnológica se consolidam como instrumento para a inclusão social, a equidade e o desenvolvimento sustentável de comunidades (BRASIL, 2011b).

Após a experiência inicial relatada, o MEC, através da SETEC, decidiu ampliar o programa e a sua segunda fase atendeu treze estados da região Norte e Nordeste do Brasil⁹ entre 2006 e 2007. A escolha dessas regiões se deu por “localizarem os maiores índices de exclusão social do país e porque naquele momento não havia como estendê-lo a todo território nacional” (BRASIL, 2011b, p. 06).

Através da parceria entre Brasil e Canadá, surgiu a proposta para a execução do Programa Mulheres Mil. Para isso, de acordo com o documento “Proposta de Projeto Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável”, de Maio de 2006, foi acordado entre os dois países a solicitação de financiamento à *Canadian International Development Agency* (CIDA), no valor de \$ 2.145.707 de suporte de investimento global durante os quatro anos do projeto (TUNIN, 2015).

O Programa Nacional Mulheres Mil, implantado por meio de uma parceria com *Colleges* canadenses em 2007, visa oferecer as bases de uma política social de inclusão de gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Conforme dados do MEC e da SETEC desde o início do Programa, cerca de 1,2 mil mulheres foram beneficiadas com cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas de formação profissional (BRASIL, 2007; 2011a; ROCHA; SILVA, 2017).

O Projeto foi implementado pela SETEC/MEC, Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET), com Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, Conselho Nacional de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONCEFET), o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e os

⁹ Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sua execução ocorreu por meio de um sistema de cooperação entre os governos brasileiro e canadense, representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida/ACDI) e pela Associação de *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC), conforme também descrevem os documentos oficiais do Programa e estudiosos do tema respectivamente (BRASIL, 2007; 2011; CAMPOS, 2015; SILVA, 2016).

O Sistema de Acesso, Permanência e Êxito implantado nos 13 Institutos Federais, em parceria com a Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC), foi concebido e estruturado dos conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses em suas experiências de promoção da igualdade, de atendimento às populações menos favorecidas e da aplicação do Sistema de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP).

Essa formação é inovadora porque foi criada de acordo com a identificação da experiência não formal que a mulher adquiriu ao longo da vida e conforme os seus anseios pessoais e profissionais, construindo-se uma formação personalizada. Assim, vai contribuindo para a educação de jovens e adultos, visando a elevação de escolaridade e ingresso no mundo do trabalho.

Além de prever o reconhecimento de saberes ao longo da vida, o modelo brasileiro é inovador no sentido de que foram contemplados instrumentos e mecanismos de acolhimento de populações não tradicionais, que viabilizassem o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, a inserção produtiva e a mobilidade no mundo do trabalho, o acompanhamento dos egressos e os impactos gerados na família e na comunidade (BRASIL, 2014).

O PMM: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável está inserido no Plano Brasil sem Miséria¹⁰ e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e as diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva das mulheres em situação de vulnerabilidade social. O programa é decorrente da Cooperação Internacional Brasil-Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade (PIPE) iniciada em abril de 2007, as

¹⁰ O Plano Brasil sem Miséria foi criado para superar a extrema pobreza no país, tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água, energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta, e todas elas são prioridades no plano.

ações tiveram como financiadores e executores, por parte do Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o MEC, representado pela SETEC, a Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica; e por parte do Canadá, a *Association of Candian Community Colleges (ACCC)*, a *Canadian International Development Agency (CIDA)* e os *Colleges* Canadenses. No desenvolvimento das ações, contou com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de 13 estados das regiões Norte e Nordeste (BRASIL, 2011a).

No ano de 2011, mediante a Portaria do MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011, assinada pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad, o Programa foi institucionalizado nacionalmente, estendendo-se pelos Institutos Federais de todas as unidades da federação, tendo como objetivo qualificar 100 mil mulheres até o ano 2014. Já em 2013, o PMM passou a ser um componente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)¹¹. Atualmente, assume a denominação de Programa Nacional Mulheres Mil (PMM), encontra-se implantado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e direciona-se para mulheres em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2007; 2011f).

As beneficiárias do programa têm entre 18 e 60 anos e vivem em situação de exclusão socioeconômica e educacional. Disso decorre a compreensão de que o PMM tenta romper com o “sistema educacional que assume, portanto, um papel fundamental na manutenção da alienação e da divisão social do trabalho, na medida em que as escolas têm se configurado como um espaço estratégico de convivência social, pautada pela reprodução da dinâmica da sociedade capitalista” (GUZZO, EUZEBIOS FILHO, 2005). No caso, o PMM objetiva a elevação da escolaridade favorecendo essa pela formação para o trabalho. Elas possuem baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem e, em muitos casos, pobreza acentuada e baixa autoestima. O programa é voltado para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovam o acesso, permanência e êxito delas, nos processos de educação, de formação e inserção no mundo do trabalho.

¹¹ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Em novembro de 2018, O MEC emitiu a Nota Técnica Nº 83/2018/CGRS/DPR/SETEC, que apresenta as diretrizes do processo de institucionalização do PMM na RFEPC, elaboradas pelo Grupo de Trabalho e validadas pela SETEC.

Inicialmente, cabe esclarecer que, desde 2007, a SETEC tem empenhado esforços na promoção da qualificação profissional de mulheres em vulnerabilidade social no país, quando, por meio de um sistema de cooperação entre os governos brasileiro e canadense, iniciou as atividades do Projeto Mulheres Mil. O projeto, estruturado em três eixos - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, foi implementado pelos Institutos Federais dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins e teve por objetivo possibilitar que mulheres entre 16 a 70 anos em situação de vulnerabilidade social tivessem acesso à educação profissional, ao emprego e à renda (BRASIL, 2018a).

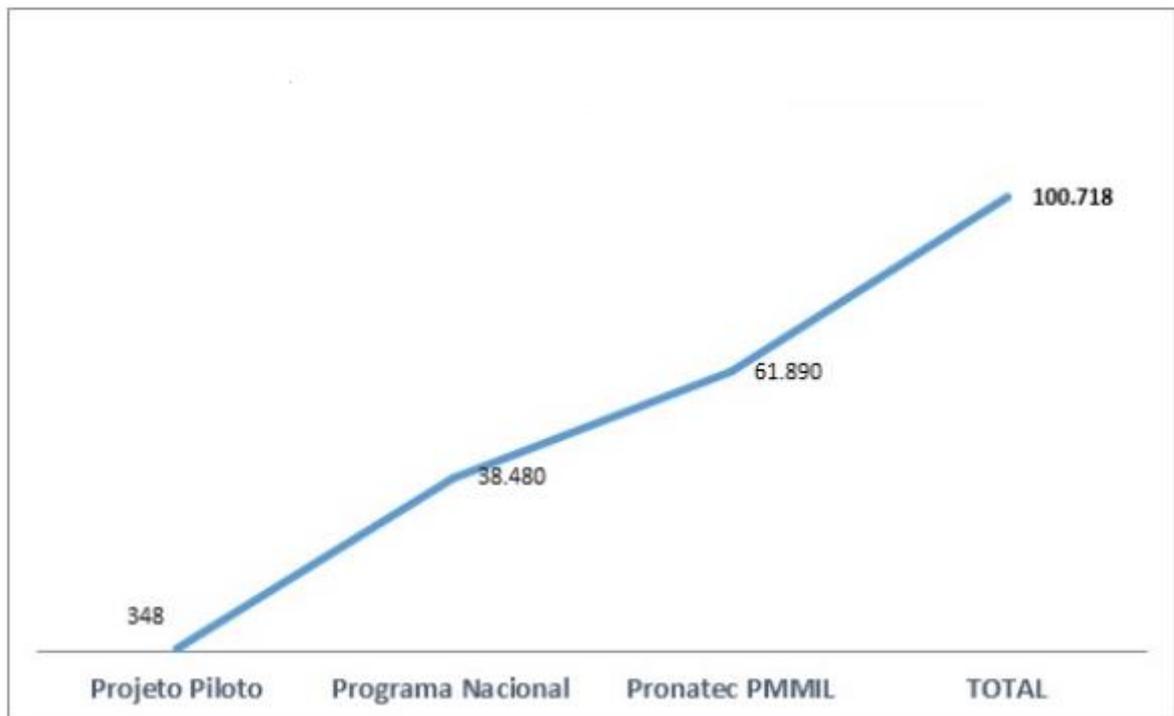
Diante do sucesso da execução do PMM, por meio da Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011, o então Projeto Piloto do Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído nacionalmente, tendo por principais diretrizes: promover o acesso à educação; contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas das mulheres; promover a inclusão social; defender a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher. De 2011 a 2013, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica aderem ao programa por meio de editais de chamada pública publicados pela SETEC-MEC. Visto que, após a análise técnica da documentação enviada pelas instituições, a Coordenação Geral de Relações Institucionais (CGRS), ligada à Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica (DIR) emitia parecer favorável ou não. Em caso positivo, as instituições recebiam, de acordo com as especificações de seus Planos de Trabalho e respectivos Termos de Cooperação, o valor correspondente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para realização de 100 matrículas de mulheres em vulnerabilidade social, no ano correspondente (BRASIL, 2018a).

A partir de 2013, a metodologia do PMM foi adaptada para compor o rol de modalidades do Pronatec, na iniciativa Bolsa Formação, preservando seus principais elementos, tais como o mapa da vida e o módulo educacional central. Ao longo desta execução, dentre outros resultados, foram ofertados cursos na área de saúde

demandados pelo Ministério da Saúde, bem como elaboradas estratégias de integração da metodologia do Programa para oferta de cursos de educação profissional às mulheres em privação de liberdade.

Desde a oferta do Projeto Piloto até 2016, foram registradas 100.718 mil matrículas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional (SISTEC), superando, então, a meta de 100 mil prevista na instituição do Programa Nacional Mulheres Mil, conforme registrado na Figura 5, em que são apresentadas as matrículas registradas em seus respectivos períodos de execução, a saber: Projeto Piloto (2008 a 2010), Programa Nacional (2011 a 2013) e Pronatec Mulheres Mil (2014 a 2016). (BRASIL, 2018a)

Figura 5 – Evolução de Matrículas do Programa Mulheres Mil 2008-2016



Fonte: Nota Técnica nº 83/2018/CGRS/DPR/SETEC, 2018.

Considerando-se a relevância social da qualificação profissional de mulheres em vulnerabilidade social, a SETEC iniciou, ao final de 2016, um processo de análise técnica para a institucionalização do Programa Mulheres Mil. Para tanto, em 2017, instituiu um Grupo de Trabalho com diferentes representantes da RFEPCT, que realizou um Levantamento de informações junto às instituições da Rede, contando

com a participação de 179 unidades e, por fim, após análises internas, validou a proposta do referido Grupo de Trabalho, conforme apresentamos a seguir.

Os resultados do Grupo de Trabalho (GT) tornaram possível avançar na proposição das diretrizes do processo de institucionalização do Programa Nacional Mulheres Mil. Inicialmente, foram definidos os aspectos fundamentais ao processo supracitado, a saber:

1. Definição da localização institucional do programa, através da definição e estruturação da equipe responsável, bem como da definição das diferentes atribuições em ato do responsável máximo da instituição;
2. Planejamento de oferta permanente de cursos e demais iniciativas convergentes ao Programa Mulheres Mil, ou seja, a garantia do acesso a cursos e demais atividades no escopo das diretrizes do programa supracitado e que visem a equidade de gênero na RFEPCT;
3. Garantia orçamentária para execução das ações, por meio da inserção dos custos para realização do programa na matriz orçamentária da instituição, ou seja, de orçamento específico que contemple desde a execução até pesquisa de avaliação do programa; e
4. Realização de formação e de garantia da metodologia, realizadas pelo desenvolvimento de iniciativas de capacitação de servidores na metodologia de acesso, permanência e êxito, além do planejamento estratégico para inserção das ações do programa no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Além dos elementos mencionados, e considerando-se os princípios do Planejamento Estratégico, o GT debateu e propôs a missão do Programa Mulheres Mil:

Garantir o acesso de mulheres e pessoas que se identificam como gênero feminino, em vulnerabilidade social, à educação profissional e tecnológica, promovendo a equidade de gênero, a inserção socioprofissional e o combate à violência, assegurando os princípios metodológicos do Programa Nacional Mulheres Mil (BRASIL, 2018a, p. 3).

Adicionalmente, o GT debateu, elaborou e apresentou o mapeamento do processo de institucionalização, conforme descrito no anexo 1 deste trabalho. A proposta é que, a partir deste, as instituições da RFEPCT concretizem a oferta institucional do Programa Mulheres Mil, garantindo os aspectos fundamentais

supracitados, especialmente, no que se refere ao atendimento permanente de mulheres em vulnerabilidade social.

Para tanto, o mapeamento encontra-se dividido em quatro diferentes níveis de atuação:

1. Setec;
2. Reitorias e Pró-Reitorias,
3. Equipes Institucionais; e
4. Conselhos Superiores (ou similares) e suas correspondentes atividades no processo em tela.

Em complementação aos elementos apresentados no mapeamento citado, o GT elaborou um documento com orientações para o processo de institucionalização, conforme descrito no documento em que se apresenta o detalhamento dos seguintes itens:

1. Portaria de nomeação de equipe multidisciplinar;
2. Plano de Trabalho;
3. Termo de adesão ao processo; e
4. Regulamentação institucional.

Por fim, o GT analisou e debateu os resultados do levantamento de informações realizado junto às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que foram sistematizados de acordo com suas diferentes dimensões, a saber:

1. Perfil de atendimento: revelou que as três principais características de vulnerabilidade social das participantes do programa são: baixa renda (98,5%), baixa escolaridade (93,5%) e situação de violência doméstica (58%);
2. Planejamento Institucional: indicou que as áreas que mais se envolveram (ou se envolvem) com o Programa em tela são Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Ensino, com respectivamente 90% e 70,5%;
3. Panorama de iniciativas: demonstrou que diversas ações podem ser realizadas/promovidas institucionalmente para cada diretriz do Programa, que foram agrupadas de acordo com o maior número de indicações entre os respondentes, conforme apresentado no Quadro 01.

Quadro 1 – De diretrizes e iniciativas convergentes do PMM

DIRETRIZES	INICIATIVAS CONVERGENTES	NÚMERO DE INDICAÇÕES	PERCENTUAL DE INDICAÇÕES
I - Possibilitar o acesso à educação.	<p>1 - Oferta de cursos de formação inicial e continuada em atendimento de público femininos específicos de maior vulnerabilidade social, a depender das especificidades locais (exemplos: mulheres em privação de liberdade, mulheres indígenas, pescadoras, quilombolas, agricultoras familiares etc.).</p> <p>2 - Oferta de Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional e tecnológica, por meio de turmas do PROEJA para egressas do Programa Mulheres Mil.</p> <p>3 - Realização de articulação com secretarias de educação (estaduais, municipais) para alfabetização e elevação da escolaridade de interessadas e/ou participantes e/ou egressas do programa.</p>	86	47%
II - Contribuir para a redução das desigualdades social e econômicas de mulheres.	<p>1 - Promoção de eventos públicos e científicos (<i>workshops</i>, feiras, seminários etc.) com a temática de empreendedorismo feminino e afins.</p> <p>2 - Fomento à formação de cooperativa de mulheres.</p> <p>3 - Fomento à abertura de micro empreendimentos individuais.</p> <p>4 - Elaboração editais de pesquisas que fomentem o debate sobre relações de gênero.</p> <p>5 - Promoção de formação em direitos humanos e controle social para as participantes e/ou egressas do Programa Mulheres Mil.</p> <p>6 - Fomentos às iniciativas de certificação e reconhecimento de saberes de mulheres.</p>	38	21%

	7 - Definição de ações institucionais que priorizem as compras institucionais de empreendimentos femininos, com por exemplo, das agricultoras familiares e/ou egressas do Programa Mulheres Mil.		
III - Promover a inclusão social	1 - Concessão de assistência estudantil proporcional à vulnerabilidade do público feminino. 2 - Realização de articulação institucional para o atendimento prioritário de mulheres em vulnerabilidade social em cursos de qualificação profissional. 3 - Elaboração de editais de extensão que privilegiem projetos em apoio à qualificação profissional de mulheres, especialmente dos públicos específicos. 4 - Realização de acompanhamento de egressas com objetivo de promover a inserção socioprofissional das egressas e/ou participantes do Programa Mulheres Mil.	77	42%
IV - Defender a igualdade de gênero. V - Combater a violência contra a mulher.	1 - Realização de eventos públicos e científicos (<i>workshops</i> , oficinas, seminários etc.) com a temática "Relações de gênero e violência" e afins. 2 - Articulação com programas e iniciativas públicas (regionais e locais) para as mulheres e estabelecimentos de parcerias com Centros de Referência Especializados de Assistência Social CREAS e Casa da Mulher Brasileira.	117	64%

Fonte: Nota Técnica nº 83/2018/CGRS/DPR/SETEC, 2018.

No Quadro 01, que traz a Nota Técnica Nº 83/2018, podemos observar quais ações são promovidas pelas instituições para cada diretriz do Programa e são agrupadas conforme o maior número de indicações pelos respondentes, de maneira que podemos concluir que as diretrizes IV e V foram as mais realizadas e promovidas. Em contrapartida, a diretriz II foi a menos promovida pelo Programa e, por isso,

podemos evidenciar sua necessidade em ser mais trabalhada nos próximos anos em novas turmas do PMM.

As diferentes ações que foram indicadas no panorama de iniciativas relacionadas às diretrizes do Programa Mulheres Mil nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica poderão servir para planejar e realizar a oferta permanente de cursos e demais iniciativas convergentes ao programa, a depender de suas especificidades locais.

Neste sentido, da perspectiva técnica do programa, as instituições deverão promover pelo menos uma das iniciativas elencadas anteriormente, para atender as diretrizes estabelecidas pela Portaria MEC 1.015/2011. Já pela perspectiva institucional, é mister ressaltar a relevância da inserção desta oferta no Plano de Desenvolvimento Institucional, contribuindo, desta forma, para o alcance dos objetivos e missão institucionais.

Frente ao material apresentado, recomenda-se que sejam adotadas por parte da SETEC/MEC as seguintes medidas:

1. Retomada do Comitê Executivo do Programa;
2. Ampla divulgação das diretrizes do processo de institucionalização;
3. Realização de oficinas regionais sobre a metodologia de acesso, permanência e êxito e o processo de institucionalização;
4. Realização de formação em planejamento estratégico; e
5. Monitoramento e apoio técnico ao processo de institucionalização.

Diante do exposto, conclui-se que a partir da adoção das medidas sugeridas, as instituições da RFEPTCT terão condições de estruturar e implantar o processo de institucionalização do Programa Mulheres Mil.

Em síntese, o Programa pretende ampliar o atendimento às mulheres, vislumbrando garantir o direito à educação, oportunizando a melhoria da renda através do acesso ao mercado de trabalho, contribuindo com a redução dos índices de miséria e pobreza e elevando os níveis de educação e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, com mais equidade e justiça social.

3.2 O PROGRAMA MULHERES MIL COMO POLÍTICA NACIONAL

A primeira onda do feminismo no Brasil, assim como na Europa, se caracterizou pela luta pelo voto, direito adquirido pelas mulheres na promulgação do novo código eleitoral brasileiro, em 1932. Contudo, é na década de 1960 que o movimento feminista surgiu como maior força, quando questões sobre as relações de poder entre homens e mulheres ocuparam, pela primeira vez, a agenda do movimento. Na década de 1970, no regime militar, aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil (CONCERTTI, SOUZA E LORETO, 2018).

Em 1975, as Nações Unidas inauguravam a década da mulher, viabilizando a repercussão de uma temática de gênero em nível internacional. Como pontos básicos, estavam a denúncia da discriminação das mulheres e a luta pela igualdade de direito. Assim, o movimento de mulheres no Brasil, na década de 1970, tinha uma dupla identidade: de um lado fazia parte do movimento contra a ditadura, reconhecia-se a condição da mulher, enquanto problema social. E por outro lado, o movimento das mulheres se dispunha a aprofundar questões culturais e a formar um campo político específico, assim como, contestava as estruturas econômicas de dominação. Sua diversidade expressava-se pelas inúmeras formas de organização e reivindicações e pela ausência de estruturas hierárquicas (BARSTED, 1994).

Conforme a referida autora, no início da década de 1980, o movimento feminista foi elemento ativo da grande frente contra a ditadura e a favor do restabelecimento democrático. Esse movimento se mostrava muito organizado por todo o país através de imprensa alternativa, centro de estudos e pesquisas, organizações não governamentais e grupos autônomos. Foi nessa época que o movimento ganhou o reforço das classes populares, diferentemente da década de 1960 (liderado pela classe média intelectualizada), desenvolvendo uma interface que gerou novas percepções, discussões e ações em ambos os lados (PINTO, 2010).

Sob o impacto desses movimentos, foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. Assim, em 1983, foram criados os conselhos estaduais da condição feminina nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, totalizando 11 conselhos estaduais e cerca de 40 conselhos municipais (FARAH, 2004). Em 1984, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) e a Constituição

Federal de 1988 também reflete a mobilização de mulheres nessa década (PINTO, 2010), como já apresentamos.

Já na década de 2000, fortaleceu-se a tendência de formulação de propostas de políticas públicas, priorizando a luta pela superação da desigualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira. Com base na plataforma de ação desenvolvida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, e na trajetória do movimento das mulheres no Brasil, formulou-se uma agenda relacionada à questão de gênero: violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infraestrutura urbana e social, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (transversalidade), acesso ao poder político e empoderamento (FARAH, 2004). É nessa época que o movimento se profissionalizou, através da criação de organizações não governamentais (ONGs), que focaram seus esforços na intervenção, junto ao Estado, pela busca pela aprovação de medidas protetoras e por espaços para a maior participação política de mulheres (PINTO, 2010).

Matos (2010) caracteriza o momento a partir da primeira década dos anos 2000, pelo “feminino difuso” e pela forte dissociação entre o pensamento feminista e o movimento. Essa fase pode ser definida como um processo de democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas, assim como do ressurgimento da agenda clássica do feminismo na busca por direitos. Tais ações são influenciadas pelo movimento contemporâneo de transnacionalização do feminismo, pela globalização das agendas locais das mulheres e pela intensificação das estratégias feministas horizontais.

Observa-se que, entre 2004 e 2013, houve tentativas de mudanças no enfrentamento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres, em termo de políticas e do orçamento público, principalmente em decorrência dos Planos Nacionais de Políticas Para as Mulheres (PNPM) (BRASIL, 2005, 2008, 2013). Porém, para a Articulação de Mulheres Brasileiras (2011), o desenvolvimento do primeiro, assim como o segundo plano, aconteceu numa arena política tensa e complexa; e, no seu conjunto, apesar dos avanços, eles não foram concebidos a partir das perspectivas de enfrentamento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Por sua vez, as políticas sociais relacionadas à qualificação social e profissional, apesar das decisões

e compromissos assumidos no II PNPM, não conseguiram engendrar mudanças em termos de ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

O PMM é desenvolvido no âmbito das políticas de educação profissional e foi inicialmente gestado como experiência piloto no Rio Grande do Norte em 2005, sendo estendido para mais 12 Institutos Federais, a saber: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Sergipe e Tocantins, totalizando em 13 estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo formulado mediante acordos entre o Brasil e o Canadá a partir de 2007. A princípio, seu objetivo era promover a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres em situação de vulnerabilidade social dessas regiões até o ano de 2010 (BRASIL, 2011a).

As políticas públicas de educação profissional e a questão de gênero no Brasil, a partir da análise do PMM, se inserem nos estudos sobre a concepção de educação como instrumento de avanço e desempenho da cidadania social, uma vez que o programa se realiza no processo de superação das desigualdades sociais pelas vias da educação, priorizando-se como formação inicial para o trabalho. Essa concepção se encontra assentada nos diversos documentos legais que oficializam o referido Programa. Esse movimento, afirma Cabral Neto (2004), está densamente presente, embora, com matizes diversas nos discursos acadêmicos e científicos, bem como nos mais diversos planos e programas governamentais, no âmbito nacional e mundial, assumindo configurações próprias em cada contexto social, carregando a crença de que a educação pode resolver os problemas sociais, inclusive os de mulheres em situação de vulnerabilidade.

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), em 1º de janeiro de 2003, com *status* de ministério, foi um marco histórico para o Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovem a igualdade entre mulheres e homens. Em julho de 2004, fomentada pela SPM/PR, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM), com a presença de 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), envolvendo mais de 120 mil mulheres de todas as regiões do país.

Em agosto de 2007, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2ª CNPM), com a participação de 200 mil mulheres, sendo 2.800 delegadas na etapa nacional, que sistematizou um conjunto de propostas e demandas

ao Estado brasileiro, e a partir das resoluções da 2ª CNPM foi elaborado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM 2015).

Em dezembro de 2011, ocorreu a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM), com 2.125 delegadas na etapa nacional e a participação de 200 mil mulheres em todo o Brasil, como resultado foi elaborado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PNPM 2013-2015) com maior inserção de temáticas de gêneros nas mais diversas frentes do governo.

O PNPM 2013-2015 constitui-se em um elemento estrutural da configuração de um Estado democrático e contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres, aprovada a partir de 2004 e referendada em 2007 e 2011, pelas respectivas conferências tratadas nos parágrafos anteriores. Como um plano nacional, reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres:

1. Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
2. Busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos;
3. Respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação;
4. Caráter laico do Estado;
5. Universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado;
6. Participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e
7. Transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Uma das metas do PNPM 2013-2015 era atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em programas distintos e descentralizados, entre estes o Programa Mulheres Mil.

Em levantamento realizado pela SETEC, a execução do Mulheres Mil ocorreu fortemente a partir da associação ao Pronatec, em 2013. Os dados da secretaria mostram que o projeto piloto, aplicado entre os anos de 2008 e 2010, teve 348 matrículas. De 2011 a 2013, o programa nacional, como proposto na portaria, teve cerca de 38,4 mil matrículas. Com o PRONATEC, de 2014 a 2016 foram atingidas mais de 61,8 mil ofertas, totalizando 100.718 vagas ofertadas.

O Programa foi conduzido pela SETEC/MEC e implantado pela Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET), com a Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, o Conselho Nacional de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONCEFET), o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, entre elas o alcance do projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração do bicentenário – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros em dezembro de 2010.

Fundamentado na metodologia do sistema de acesso, permanência e êxito, foram implantados núcleos de desenvolvimento do Programa em todo o território nacional, com a perspectiva de atingir 100 mil mulheres até 2014 (BRASIL, 2007). A metodologia de permanência e êxito inclui a estrutura e os serviços acadêmicos e de assistência social e faz parte de uma cultura inclusiva, que promove uma comunidade escolar segura, solidária, acolhedora, colaborativa e estimulante. Nessa perspectiva, é importante a articulação, integração e utilização das estruturas e serviços de suporte e apoio (serviço social, psicologia) formando uma rede colaborativa, constituída de serviços ofertados pela própria Instituição ou em parcerias locais, que melhorem e ampliem a capacidade de atendimento, visando responder adequadamente à diversidade das educandas e de suas demandas sociais, educacionais e profissionais.

Como o Programa Mulheres Mil visa oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social, torna-se necessária a aferição de como esta política pública alterou, ou não, a vida das mulheres que participaram do programa.

No próximo capítulo, foi realizado um estudo através do Estado do Conhecimento utilizando o descritor “programa mulheres mil” para procurar estudos sobre o PMM no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em busca das concepções de educação e trabalho que perpassam os estudos encontrados, bem como, como esses definem políticas públicas e utilizamos o mesmo descritor na plataforma da Scielo.

4 ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O PMM: EM BUSCA DE CONCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E TRABALHO

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

(Rosa Luxemburgo, 1919)

Objetivamos, nesse capítulo, descrever e analisar estudos sobre o Programa Nacional Mulheres Mil (PMM) nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Brasil, realizando o levantamento quantitativo, as regiões em que foram produzidas e considerando na análise as concepções de Educação, Trabalho e Políticas Públicas abordadas nesses trabalhos. Reportando a epígrafe deste capítulo, buscaremos estudar, nesta pesquisa, se o mundo do trabalho, através da educação oferecida pelas políticas públicas de Educação Profissional do Brasil, permite que as mulheres brasileiras em situação de venerabilidade social se tornem mais iguais, mais humanas e mais livres para estarem onde elas assim desejarem.

Iniciamos destacando as ideias de Saviani (2007), quando explicita que a origem da educação coincide com a origem do homem, portanto a formação do homem é um processo educativo. Ou seja, o homem não nasce homem, ele forma-se homem, ele necessita aprender a produzir a própria existência. Para Saviani (2007, p. 154), “o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho”. Ou seja, as ações humanas nas transformações da natureza em um espaço melhor para se viver e conviver são produtos oriundo do trabalho do homem.

Assim, a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade, homem e natureza, envolvida por um processo de transformação que é histórico e social. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações, daí porque essa relação é histórico-social (SAVIANI, 2007).

Segundo Wu (2014, p.17-18),

o processo de políticas públicas consiste em uma gama de atividades muito mais abrangente do que simplesmente tomar decisões. Ele

inclui a definição de agendas, o desenvolvimento de alternativas, a implementação de decisões e a avaliação de medidas públicas.

Dessa forma, percebe-se que as políticas públicas são pensadas para a solução de problemas que afetam a sociedade e necessitam de intervenção do poder público para que possamos enfrentar essas dificuldades.

Diante dessas concepções, a análise empreendida nesse capítulo considera a relação educação e trabalho envolvida por políticas públicas direcionadas para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Como procedimentos teórico-metodológicos, optamos pelo levantamento do estado do conhecimento sobre o PMM no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em busca das concepções de educação e trabalho que perpassam os estudos encontrados e como eles definem políticas públicas. Também utilizamos o mesmo descritor na plataforma da Scielo.

A temática se insere nas discussões sobre o ideário de educação como instrumento de desenvolvimento e exercício da cidadania, uma vez que o PMM é centrado num processo de superação das desigualdades sociais pelas vias da educação para o trabalho como forma de superação da vulnerabilidade social das mulheres atendidas.

Sendo assim, apresentaremos as produções acadêmicas acerca do PMM nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Brasil e na Scielo no sentido de mostrarmos os estudos antecedentes sobre a temática da pesquisa dessa dissertação.

4.1 NO CATALÓGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

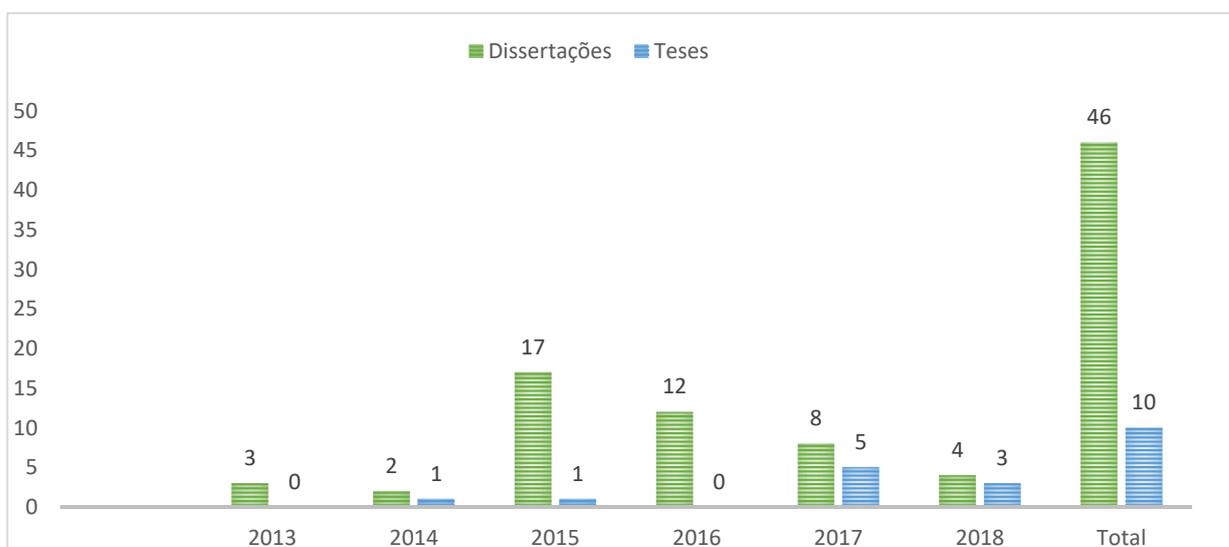
Na pesquisa na *internet* que realizamos, os resultados da busca dão conta de que há 56 trabalhos acadêmicos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes sobre o PMM, sendo 46 dissertações e 10 teses, no período de 2013 a 2018, posto que retiramos as dissertações de Nascimento (2015), Almeida (2016) e de Giraldo (2017), bem como, as teses de Altoe (2017), Corcetti (2018), Diniz (2018), pois, apesar de terem sido encontradas através da busca no referido catálogo, foram desconsideradas devido à ausência dos arquivos dessas produções para a análise.

Nela, produzimos uma planilha contendo as referências, o nome do programa de Pós-Graduação e as palavras-chave.

Após essa sistematização, fizemos a análise de 43 dissertações verificando inicialmente a ocorrência em suas palavras-chave dos termos: Educação, Trabalho e Políticas Públicas. Dessas, 11 não possuíam a ocorrência de nenhuma das palavras-chave. Por isso, desconsideramos os trabalhos de Alves (2015), Azevedo (2017), Bravin (2015), Duarte (2016), Frazão (2018), Mello (2016), Michelotti (2013), Oliveira (2014), Rosa (2016), Santos (2015), Zago (2016). Com essa informação, analisamos 32 dissertações, que mencionavam os termos supracitados em suas palavras-chave. Verificamos as ocorrências desses nos trabalhos, individualmente e em conjunto, e posteriormente selecionamos a amostra das dissertações que continham as três palavras-chave utilizadas na pesquisa para uma análise mais apurada, com vistas a analisar como esses temas foram abordados ao longo dos trabalhos. As dissertações analisadas estão dispostas no Gráfico 01.

Nele, dispomos as informações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando o descritor já citado, inclusive separando as dissertações e teses, e verificamos que as produções tiveram um aumento significativo no ano de 2015, sofrendo decréscimo até 2018.

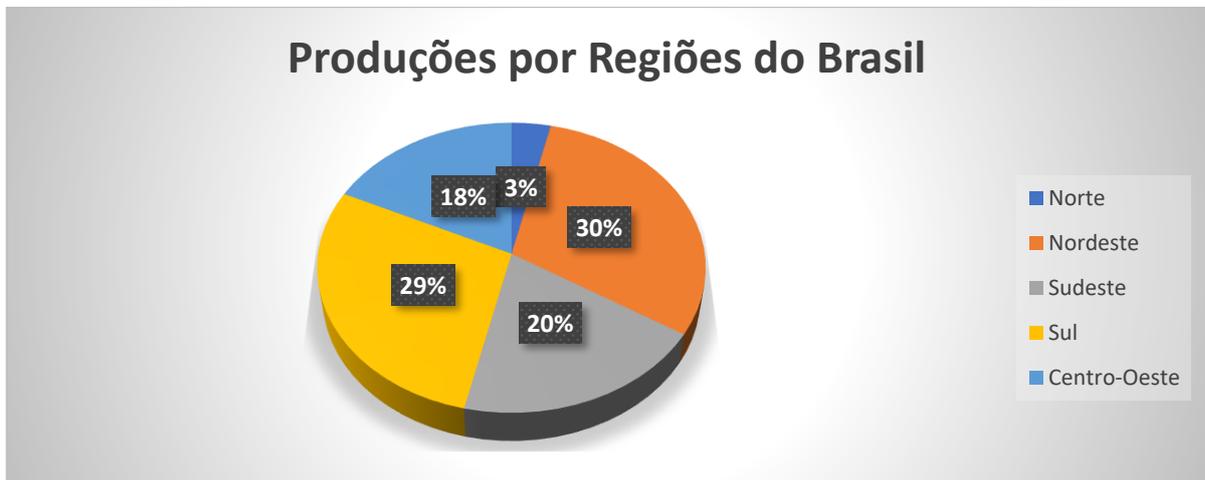
Gráfico 1: Produções acadêmicas *stricto sensu* sobre o PMM no Brasil - 2013-2018



Fonte: elaboração dos autores em 2019

No Gráfico 02, agrupamos os trabalhos por Região do Brasil e observamos que a produção acadêmica sobre o PMM se concentra no Nordeste e Sul do país.

Gráfico 2: Produções acadêmicas sobre Programa Mulheres Mil por Regiões do Brasil – 2013-2018



Fonte: elaboração dos autores em 2019

Visualizamos que a produção acadêmica sobre o PMM apresenta baixos números nas regiões Norte e Centro-Oeste, sendo 3% e 18% respectivamente, e que é elevado o número de produções no Nordeste e Sul (30% e 29% respectivamente), demonstrando que os estados das regiões Nordeste e Sul do Brasil concentram 59% das produções acadêmicas de 2013 a 2018 sobre o PMM. Podemos deduzir que o baixo percentual nas regiões Norte e Centro-Oeste pode ser resultado do baixo número de Programas de Pós-graduação *stricto sensu* nessas regiões. Já com relação ao Nordeste e ao Sul, a maior demanda de trabalhos certamente está relacionada ao maior número de Programa de Pós- Graduação *Stricto Sensu*, bem como do maior número de ofertas do PMM nos Institutos Federais dessas duas regiões. Por isso, temos nessas duas regiões os maiores número de produção acadêmicas com a temática do PMM.

Através do estado do conhecimento, observamos que as ressonâncias acadêmicas do Programa têm rebatimentos em todas as regiões do país: foram encontrados espaços de análise em 20 estados e no Distrito Federal, como uma iniciativa governamental específica dos institutos federais, não havendo, *a priori*, nenhuma identificação do Programa em execução nas universidades brasileiras.

No Quadro 02, apresentamos as referências das dissertações que tratam efetivamente do PMM e citam em suas palavras-chave: Educação, Trabalho e Políticas Públicas.

Quadro 2 – Referências das Dissertações acerca do PMM – 2013-2018

Nº	REFERÊNCIAS	PALAVRAS-CHAVES
1	ALMEIDA, Daniel Cabral de. Avaliação de Políticas Públicas : um Estudo de Caso do Programa Mulheres Mil em Alagoas com enfoque na Eficiência, Eficácia e Efetividade. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.	Avaliação de políticas públicas. Programas sociais. Eficiência. Eficácia. Efetividade.
2	ARAUJO, Suede Mayne Pereira. Mulheres em Situação de Fragilidade Social e o Programa Mulheres Mil : o Papel das Políticas na Perspectiva de Emancipação para o Trabalho. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.	Mulher. Políticas Trabalho. Educação. Públicas. Programa Mulheres Mil.
3	CARDOSO, Geocivany Lima. Políticas Públicas de Apoio à Inclusão Socioeconômica de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade : a Visão dos Gestores sobre o Programa Nacional Mulheres Mil No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.	Políticas Públicas. Políticas Educacionais. Gênero.
4	CARVALHO, Andreia Rosa de. As Políticas Públicas de Certificação : Uma Análise de Conteúdo da Proposta do Programa Mulheres Mil (2014). 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) – Instituto Fed. de Educ., Ciênc. e Tecn. do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.	Educação Profissional. Mulheres Mil. Políticas Públicas.
5	COSTA, Geovana Azevedo da. Gênero, Trabalho e Políticas Públicas : Uma Análise da Qualificação Profissional no Programa Nacional Mulheres Mil. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.	Gênero. Políticas Públicas. Políticas Programa Mulheres Mil.
6	COTA, Cristiane Araújo da Silva. O Discurso sobre o Papel das Mulheres no Âmbito do Programa Mulheres Mil . 2017. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.	Mulheres. Políticas Públicas. Políticas Discurso.
7	COUTINHO, Jordania Medeiros. As Trilhas do Empoderamento Feminino no IFBaiano – Campus Uruçuca . 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.	Gênero. Empoderamento. Programa Mulheres Mil. Educação.
8	DAMASCENO, Patricia. O Programa Mulheres Mil Pela Via Trabalho e Educação : uma Experiência Desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Maranhão. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação De	Políticas Públicas para Mulheres. Educação Profissional. Trabalho.

	Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.	
9	FERREIRA, Silverli Marcia. “Mulheres Mil” Como Política Pública de Inclusão Social: uma Análise do Empoderamento Feminino. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.	Empoderamento Feminino. Políticas Públicas. Programa Mulheres Mil.
10	GOIS, Evelin Lorena Paixao de. Programa Mulheres Mil: Interfaces de Gênero na Capacitação de Mulheres para o Mercado de Trabalho em Palmas. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.	Gênero. Desenvolvimento. Políticas Públicas. Divisão Sexual do Trabalho.
11	GOMES, Arlene da Silva. O Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Amapá – IFAP, Campus Macapá: um Estudo sobre os Impactos do Curso de Assentamento de Cerâmica e Porcelanato na Vida das Egressas. 2014. 74 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.	Educação Profissional. Mulheres Mil. Inclusão Social.
12	GOMES, Crisoneia Nonata de Brito. Programa Mulheres Mil: uma Oportunidade de Reinserção Social Cidadã às Reeducandas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.	Programa Mulheres Mil. Educação. Mulheres Privadas de Liberdade. Políticas Públicas. Reinserção Profissional de Mulheres Encarceradas.
13	GUERRA, Suzana Curi. Relevância do Programa Mulheres Mil Para o Capital Social das Participantes. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.	Programa Mulheres Mil. Capital social. Políticas Públicas. Participação e Cidadania. Empoderamento.
14	KANAAN, Hanen Sarkis. “Quando eu Saí de Casa”: Inventário das Políticas Públicas e Práticas Educativas Emancipatórias do Programa Mulheres Mil. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2015.	Políticas Públicas. Gênero. Emancipação. Programa Mulheres Mil.
15	LOPES, Marcia Cecília Ramos. Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Goiás (2011-2013): a Inserção das Mulheres no Mundo do Trabalho sob o Olhar de Gestoras(es) e Professoras(es). 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.	Inclusão produtiva de gênero. Educação Profissional. Internacionalização de Políticas Públicas.
16	MANTOVANI, Talita Rafaela D Agostini. A política de formação profissional no Programa Mulheres Mil: uma análise da experiência desenvolvida no Instituto Federal do Paraná. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2015.	Educação. Educação Profissional. Política Pública. Gênero.
17	NASCIMENTO, Gutemberg Virginio do. Programa Mulheres Mil: Um Estudo de Caso no IFPE – Campus Ipojuca. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade De Pernambuco, Recife, 2017.	Política Pública. Mulheres. Educação. Programa Mulheres Mil.

18	NUNES, Widglan Barbosa de Sousa. Capital Social e o Programa Mulheres Mil no Âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão / Campus Imperatriz . 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.	Gestão. Desenvolvimento Regional. Programa Mulheres Mil. Educação.
19	OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: Interfaces Com a Educação e o Trabalho . 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.	Trabalho. Educação. Mercado de Trabalho. Programa Mulheres Mil.
20	PEREIRA, Juliana de Souza Augustin. Programa Mulheres Mil: uma Análise no Campo das Políticas de Inclusão do IFSC . 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.	Educação Profissional. Política de Inclusão. Institutos Federais.
21	PONCIANO, Roberta Rodrigues. O Mundo do Trabalho e a Qualificação Profissional [Manuscrito]: Análise das Egressas do Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Goiás (IFG) - Campus Itumbiara . 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.	Qualificação profissional. Trabalho. Programa Mulheres Mil.
22	RIBEIRO, Leticia Erica Goncalves. A Qualificação Profissional e Cidadã: um Estudo do Programa Mulheres Mil, a Partir da Experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia . 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.	Educação. Trabalho. Gênero. Políticas Públicas. Programa Mulheres Mil.
23	ROCHA, Rita de Cassia. O Programa Nacional Mulheres Mil no Contexto das Políticas Públicas de Educação Profissional No Brasil . 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.	Educação Profissional. Políticas Públicas. Programa Nacional Mulheres Mil. Cidadania.
24	RODRIGUES, Silvia Helena Oliveira. A Inserção das Mulheres Participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza – no Mercado de Trabalho . 2017. 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) – Escola Superior e Teologia, São Leopoldo, 2017.	Políticas Públicas. Gênero. IFCE. Mercado de Trabalho. Inclusão.
25	SILVA, Carla Renata Capile. Programa Mulheres Mil: Subjetividade, Inclusão e Governabilidade . 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.	Programa Mulheres Mil. Estado. Políticas públicas.
26	SILVA, Cleonice Maria da. Formação de Trabalhadoras: o Programa Mulheres Mil sob o Olhar de suas Educadoras . 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.	Políticas educacionais. Políticas sociais. Educação profissional. Relações de gênero. Educação não formal.

27	SILVA, Marta Helena Feitosa. Curso de Letramento Laboral para Cuidadores de Idosos : uma Proposta de Intervenção. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.	Letramento no trabalho. Práticas. Letramento laboral. Oficinas; Cuidadoras de Idosos. Empoderamento. IFRN. Programa Mulheres Mil.
28	SILVA, Simone Fernandes da. Cidadania e Formação Profissional de Mulheres : uma Análise do Programa Mulheres Mil no Município de Guarabira/PB. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.	Mulheres Mil. Educação. Cidadania. Formação Profissional.
29	SOUZA, Luciene Lira de. Política Pública para Mulheres Através do Programa Mulheres Mil – Ações no Instituto Federal de Pernambuco. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.	Empoderamento. Empoderamento. Política pública de gênero.
30	TELES, Fabiene Brito Mendes. Programa Mulheres Mil : um Olhar sobre a Inserção das Egressas no Mundo do Trabalho. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.	Políticas Públicas. Educação. Trabalho. Qualificação Profissional. Mulheres Mil.
31	TUNIN, Andrea Simoni Manarin. A Escola e sua Vertente Social : uma Análise do Programa Mulheres Mil enquanto Política de Inclusão nos Institutos Federais de Educação. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.	Políticas de Inclusão. Programa Mulheres Mil. Institutos Federais de Educação.
32	TUPINA, Erica Souza. Políticas Públicas para Mulheres de Baixa Renda no Brasil : Estudo de Caso sobre o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Pirapora. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.	Políticas públicas. Mulheres de baixa renda. Programa Mulheres Mil.

Fonte: elaboração dos autores, 2019.

Nos trabalhos apresentados no Quando 02, vemos estudos sobre o PMM e que o termo que mais apareceu como palavra-chave foi políticas públicas. Chegamos a essa conclusão através da tabulação dos dados através de planilha do Excel, pois realizamos o filtro de quantas vezes a palavra apareceu nos resultados.

Com a sistematização, produzimos uma nuvem de palavras, apresentada na Figura 06. Dessa forma, chegamos à conclusão de que, nos trabalhos analisados, os estudos sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de vulnerabilidade social foi a questão mais abordada.

Figura 6 - Nuvem de palavras-chave encontradas nas dissertações



Fonte: elaboração dos autores, 2021.

As palavras-chaves que mais se destacaram na nuvem de palavras produzida através das mais citadas nas dissertações foram as seguintes: MULHERES, PROGRAMA, MIL, POLÍTICAS, EDUCAÇÃO, PÚBLICAS, GÊNERO e CIDADANIA. Isso demonstra que os trabalhos sobre a temática PMM abordam as concepções relacionadas a essas palavras em suas pesquisas, pois elas estão imbricadas nos estudos da temática de nossa pesquisa.

As dissertações de Araújo (2015), Damasceno (2017) e Teles (2015) descrevem os três descritores: Educação, Trabalho e Políticas Públicas. Dessa forma, confeccionamos o Quadro 03 para organizar as definições das palavras-chave em estudo, dos respectivos 3 autores.

Quadro 3 – Autores, Definição de Educação, Trabalho e Políticas Públicas

AUTORES	DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO	DEFINIÇÃO DE TRABALHO	DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
---------	-----------------------	-----------------------	---------------------------------

<p>ARAUJO, Suede Mayne Pereira (2015)</p>	<p>A ênfase da educação para o trabalho da mulher é apontada como empoderamento e conquista de espaço, sem levar em conta a territorialidade, a dessocialização e todo mecanismo que estrutura a vida das pessoas excluídas. As políticas chegam de forma verticalizada, são implantadas, entretanto não garantem acesso a todos os excluídos.</p>	<p>Compreendemos o PMM enquanto uma política que responde à forma estatista, levando em consideração a desigualdade alarmante na sociedade. Para tanto, ao mesmo tempo em que o sistema econômico exclui, o Estado cria programa para minimizar a questão social da desigualdade social, e assim chega a política de educação do PMM ao Campus de Ilhéus, como forma de garantir a inclusão e emancipação de mulheres do entorno.</p>	<p>A pesquisa propôs discutir políticas para as mulheres – sem perder de vista o papel do Estado enquanto garantidor de direitos – e estimular a compreensão sobre cidadania do grupo de mulheres do entorno do IFBA - Campus de Ilhéus, vistas como protagonistas de uma realidade social.</p>
<p>TELES, Fabiene Brito Mendes (2015)</p>	<p>Na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, foram discutidos vários eixos das políticas públicas. São eles: Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional; Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação; Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar; Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação; Financiamento da Educação e Controle Social. A articulação e estreitamento entre esses pontos principais são de suma importância para a construção de um sistema articulado de educação.</p>	<p>Falar e discutir sobre educação para o mundo do trabalho perpassa por dimensões mais amplas e profundas, onde as diversas mudanças nos modelos de produção apresentam-se diretamente ligados à educação e ao trabalho. Não se trata de falar apenas em qualificação, mas de pensar no indivíduo, nas suas potencialidades, na sua postura enquanto cidadão e trabalhador.</p>	<p>Assim, para que uma política pública seja efetivada faz-se necessário conhecer o contexto no qual irá se desenvolver, pois cada realidade apresenta elementos novos de ordem social, econômica, cultural, política, entre outras. Com isso, a execução de uma política em longo prazo, como é o Programa Mulheres Mil, engloba determinantes que influenciam direta ou indiretamente no desenvolvimento das ações, recursos, estratégias, avaliações.</p>
<p>DAMASCENO, Patricia (2017)</p>	<p>Compreender o papel do Estado na promoção das políticas sociais no âmbito da Educação Profissional, sob as transformações e reestruturação do modelo capitalista de produção que, ao longo do tempo, se reorganizou com o neoliberalismo, inculcando na Educação um propósito ideológico e pragmático direcionado a uma qualificação que atenda aos interesses do capital.</p>	<p>Vale destacar o trabalho feminino diante da flexibilização do mercado de trabalho, pois as mulheres estão inseridas em empregos de tempo parcial que podem ser compatibilizados com os trabalhos domésticos e, como mão de obra secundária aceitam salários inferiores e relações de trabalho precárias. Como</p>	<p>Contextualizando as políticas públicas para mulheres, e a proposta de inclusão produtiva e educacional do Programa Mulheres Mil a partir dos seguintes eixos de análise da avaliação em profundidade: o conteúdo do PMM, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; a trajetória institucional e o espectro temporal e territorial abarcado pelo Programa.</p>

Fonte: elaboração dos autores, 2019.

Quanto às teses, do total de 10 encontradas na pesquisa, 3 delas não estavam com os arquivos disponibilizados na plataforma, dessa forma, as teses de Altoe (2017), Corcetti (2018) e Diniz (2018), apesar de terem sido encontradas através da busca na CAPES, foram desconsideradas devido à ausência dos arquivos dessas produções para a pesquisa. Além disso, durante a análise dos trabalhos, observamos que 3 não possuíam a ocorrência de nenhuma das palavras-chave em estudo em nossa pesquisa: Costa (2017), Ferreira (2017b) e Moraes (2018). Assim, analisamos 4 teses, conforme listadas no Quadro 04. Nele, apresentamos as referências das teses que tratam efetivamente do PMM e citam em suas palavras-chave: **Educação, Trabalho e Políticas Públicas.**

Quadro 4 – Referências das Teses acerca do PMM – 2014-2017

Nº	REFERÊNCIAS	PALAVRAS-CHAVE
1	CAMPOS, Jussara Maysa Silva. Qualificação Profissional De Mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional. 2015. 150 f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.	Segurança Alimentar e Nutricional, Vulnerabilidade Social e Educação.
2	COSTA, Valeria Machado da. Letramento Multissemiótico por Meio do Infográfico: um Estudo de Caso com Alunas do Programa Mulheres Mil. 2014. 256 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.	Infográfico, Letramento multissemiótico, Educação de jovens e adultos, Aprendizagem ao longo da vida.
3	HECKLER, Gisele Lopes. A Docência na Educação de Jovens e Adultos: um Estudo a Partir do Programa Mulheres Mil no IFSUL – Câmpus Sapiranga/RS. 2017. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.	Docência; Educação de jovens e adultos; Educação profissional; Mulheres mil e gênero.
4	TRINDADE, Fernanda De Magalhaes. As Significações do III Plano Nacional de Políticas Para As Mulheres e do Programa Mulheres Mil: Educação Profissional para Mulheres Pobres. 2017. 259 f. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017.	Educação profissional; Mulheres pobres; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Programa Mulheres Mil; Trabalho.

Fonte: elaboração dos autores, 2019.

Na Figura 07, apresentamos a nuvem de palavras produzida com as palavras-chave retiradas das teses em estudo em nossa pesquisa.

Figura 07: Nuvem de palavras-chave encontradas nas Teses



Fonte: elaboração dos autores, 2021.

As palavras-chaves que mais se destacaram na nuvem de palavras produzida através das mais citadas na tese foram MULHERES e EDUCAÇÃO. Isso demonstra que os trabalhos sobre a temática PMM abordam as concepções relacionadas diretamente a essas palavras em suas pesquisas, demonstrando a sua importância nos estudos da temática de nosso trabalho.

A tese de Trindade (2017) é a única que possui as três palavras-chave Educação, Trabalho e Políticas Públicas. Dessa forma confeccionamos o Quadro 05 para organizar as definições da autora sobre elas.

Quadro 5: Autores, definição de educação, trabalho e políticas públicas

AUTORIA	DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO	DEFINIÇÃO DE TRABALHO	DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
---------	-----------------------	-----------------------	---------------------------------

<p>TRINDADE, Fernanda De Magalhaes (2017)</p>	<p>A estreita relação entre a teoria do capital humano e a educação está na importância que a primeira atribui à segunda, no sentido desta última funcionar não só como um investimento para o aumento da produtividade das mulheres enquanto trabalhadoras, como também para a maximização crescente dos rendimentos ao longo da vida.</p>	<p>O trabalho não pode mais ser encarado meramente como uma mercadoria, reduzida à força de trabalho e ao tempo empregado na realização de determinada atividade. O trabalho, sob a ótica econômica neoliberal, comporta todo um capital humano útil aos interesses do mercado.</p>	<p>o processo de formação de uma política pública tem início a partir da identificação de um problema que demande uma intervenção do governo para a sua resolução, na direção de melhorar a qualidade de vida da população. as políticas analisadas nesta tese – III PNP e Programa Mulheres Mil – são políticas de ações afirmativas de governo, com o objetivo de corrigir desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira.</p>
--	---	---	---

Fonte: elaboração dos autores, 2019.

O trabalho de Araújo (2015) mostra que as análises desenvolvidas ao longo da pesquisa demonstram a importância do movimento social que propiciou a discussão de propostas políticas e de reivindicações de direitos, de justiça social, de educação e de trabalho, que devem ser respeitados por todos. Esse foi o resultado que a referida pesquisadora pôde deixar para as mulheres envolvidas na pesquisa do *Campus Ilhéus* do IFBA.

No trabalho de Teles (2015), a autora concluiu que:

Com base na compreensão que as Políticas Públicas assumem um importante papel no progresso de uma sociedade e que o mundo do trabalho é um vasto campo de discussão, é imprescindível pensar na qualificação das pessoas oportunizando-as um desenvolvimento para além do mercado de trabalho. Nesse sentido, a agenda das ações governamentais deve estruturar programas que primeiramente, conheçam a realidade das regiões, estados e cidades brasileiras, considerando seu desenvolvimento local. (TELES, 2015, p. 113).

Para Damasceno (2017), a pesquisa revelou o seguinte:

Os dados da pesquisa revelaram que a formação profissional, particularmente aquelas voltadas para as mulheres, funcionam como mecanismos de conformação de trabalhadores à lógica do capital. Embora tais políticas busquem justificar-se pelo aumento da empregabilidade dos trabalhadores e pelo fomento de práticas empreendedoras, tornam-se também, funcionais ao capital por terem um papel ativo de formação de trabalhadores para a ocupação de postos precarizados. Busca-se a mínima formação necessária para esses trabalhadores inserirem-se no mercado de trabalho, de forma a suprir as necessidades do capital para a realização de tarefas de pouca complexidade, mas fundamentais ao processo geral de produção capitalista e de acumulação do capital. (DAMASCENO, 2017, p. 105).

Para Trindade (2017), após os estudos dos documentos que institucionalizam as políticas do PMM, existem algumas questões que precisam ser problematizadas, a saber: quais as significações produzidas nas mulheres beneficiárias do Programa Mulheres Mil? Nessa direção, vimos que:

A resposta veio com as narrativas de Maria Rita, Maria Teresa, Maria Inês e Ana Maria, com as quais constatei que o Programa não representou para essas mulheres o que se propôs, de acordo com a análise documental, pois não significou a integração plena e absoluta das mulheres nas diversas esferas da sociedade do capital, nem tampouco a elevação geral de suas condições de vida. A educação profissional e os valores de igualdade no mundo do trabalho e de autonomia econômica são promessas presentes nos documentos desse Programa para uma “vida melhor” das mulheres beneficiárias e de suas famílias; porém, trata-se de valores imaginários, e não reais, de uma educação profissional pobre para mulheres pobres. (TRINDADE, 2017, p. 215-216, grifos do autor).

Tanto no que aborda Trindade (2017) quanto em outros autores já mencionados, percebemos que os documentos e o discurso oficial que institucionalizam a formulação e a implementação do PMM destacam significativamente a ideia de melhoria de vida das mulheres beneficiárias, sobretudo aquelas pobres ou em vulnerabilidade social.

É fundamental destacar que, em que pese haver o apelo à ideia de melhoria nas condições de vida das mulheres, o nosso levantamento mostrou que dentre os trabalhos analisados, o termo que mais apareceu como palavra-chave foi POLÍTICAS PÚBLICAS, com o enfoque e a preocupação da situação de vulnerabilidade social sendo o mais abordado.

Com base na compreensão de que as Políticas Públicas assumem um importante papel no progresso de uma sociedade, e de que o mundo do trabalho é um vasto campo de discussão, é imprescindível pensar na qualificação das pessoas, oportunizando-as a um desenvolvimento para além do mercado de trabalho.

Nesse sentido, a agenda das ações governamentais deve estruturar programas que primeiramente conheçam a realidade das regiões, estados e cidades brasileiras, considerando seu desenvolvimento local. O fato de as mulheres possuírem uma nova certificação é importante, mas não é determinante para lhes assegurar a inserção no mundo do trabalho. Vemos que essa perspectiva de educação profissional oferecida pelo Programa está em maior sintonia com os interesses da produção do que com a

real redução da pobreza – como podemos verificar com a incorporação do Programa Mulheres Mil ao Pronatec.

Nossa pesquisa foi ampliada através da consulta à plataforma Scielo, estudada no subcapítulo seguinte.

4.2 PLATAFORMA DE DADOS SCIELO

Os resultados da busca dão conta de 17 artigos publicados na plataforma Scielo, sendo que destes, 7 foram duplicados, de forma que as duplicatas foram retiradas. Dos 10 artigos restantes, observamos que apenas 2 tratavam realmente do PMM. Sendo assim, lidos em sua totalidade os 2 artigos, na análise produzimos uma planilha contendo as seguintes categorias: título, autores, ano, palavras-chaves, revista, conforme apresentamos no Quadro 06 e 07.

Quadro 6 – Artigo 1 da Base Scielo

AUTORES	CAMPOS, Jussara Maysa <i>et al</i> (2018)
Título	Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco
Revista	Ciência & Saúde Coletiva, 25(4):1529-1537, 202
Objetivos	O presente trabalho teve por objetivo analisar a contribuição do Programa Mulheres Mil para a redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar dos domicílios chefiados por mulheres no Brasil. Diante da maior vulnerabilidade à insegurança alimentar dos domicílios chefiados por mulheres, bem como dos aspectos socioeconômicos relacionados a esta condição, em especial, renda e educação,
Conclusão	Diante dos resultados encontrados, a presente pesquisa concluiu que a participação no programa Mulheres Mil pode contribuir para redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar na medida em que proporcione avanços diretamente relacionados aos determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como caso investigado, à renda. O fato de o Programa atender mulheres em níveis elevados de vulnerabilidade social, inclusive de Insegurança Alimentar, ratifica a relevância de políticas públicas dessa natureza. Entretanto, para uma compreensão mais aprofundada dessas relações, sugere-se que mais estudos qualitativos sejam realizados com objetivo de analisar diferentes dimensões de programas e políticas públicas e suas possíveis relações com a SAN, especialmente com recorte de gênero feminino.

Fonte: elaboração dos autores, 2021.

O Quadro 06, cujo artigo científico é o intitulado “Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco”, foi publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(4):1529-1537, 202, das autoras Jussara Maysa Campos, Rita de Cássia Coelho de Almeida Akutsu, Izabel Cristina Rodrigues Silva, Karin Savio Oliveira e Renata Monteiro, e teve como objetivo analisar a

contribuição do PMM para a redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar dos domicílios chefiados, no Brasil, por mulheres. Além disso, pelos resultados encontrados, foi possível concluir que a participação no PMM pode contribuir para a redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar na medida em que proporcione avanços diretamente relacionados a SAN, como no caso investigado, à renda.

O outro artigo encontrado foi “o Programa Mulheres Mil no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero?”, conforme o Quadro 07.

Quadro 7 – Artigo 2 da Base Scielo

AUTORES	CONCERTTI, Elisabete; SOUZA, Susane Petinelli; LORETO, Maria das Dores Saraiva de Loreto (2018)
Título	O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero?
Revista	Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 911-943, jul./set. 2018
Objetivos	O objetivo geral deste artigo é verificar se as técnicas utilizadas na implementação do Programa Mulheres Mil são capazes de fomentar a equidade de gênero por meio da inclusão educacional e produtiva e como se dá esse processo.
Conclusão	Os resultados permitem concluir que o Programa Mulheres Mil teve limitações para o pleno alcance dos objetivos propostos, em termos da redução da pobreza e inclusão das mulheres com risco de vulnerabilidade social no mundo do trabalho. Mesmo com os auxílios financeiros destinados às alunas e à parceria realizada com os Institutos Federais de Educação, a técnica utilizada para a implementação do PMM, dentro da perspectiva <i>top down</i> , propiciou reduzida emancipação, não contribuindo para a melhoria do nível de escolaridade e não promoveu capacitação profissional condizente com o mercado laboral local; enfim, não fomentou a equidade de gênero. Em função do exposto, recomenda-se a reestruturação do programa, com respeito a sua metodologia, considerando, em especial, os projetos de vida das mulheres. Sugere-se também, uma melhor definição de como os parceiros deverão agir e operacionalizar o programa, para que seja possível a inclusão educacional e produtiva das egressas do PMM.

Fonte: elaborado dos autores, 2021.

No Quadro 07, cujo artigo científico intitulado “O ‘Programa Mulheres Mil’ no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero?” foi publicado na revista ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 911-943, jul./set.2018, das autoras Elisabete Concertti, Susane Petinelli Souza e Maria das Dores Saraiva Loreto, teve como objetivo verificar se as técnicas utilizadas na implementação do PMM são capazes de fomentar a equidade de gênero através da inclusão educacional e produtiva e como ocorre esse processo. Os resultados concluíram que o PMM tem limitações para o pleno alcance dos objetivos propostos, em termos da redução da pobreza e inclusão das mulheres em risco de vulnerabilidade social no mundo do trabalho, pois mesmo com os auxílios financeiros

destinados às alunas e à parceria realizada com os Institutos Federais de Educação, a técnica utilizada para a implementação do PMM, dentro da perspectiva *top down*, propiciou reduzida emancipação, não contribuindo para a melhoria do nível de escolaridade e não promoveu capacitação profissional condizente com o mercado laboral local; enfim, não fomentou a equidade de gênero. Em função do exposto, recomendou-se a reestruturação do programa, com respeito à sua metodologia, considerando, em especial, os projetos de vida das mulheres. Sugeriu-se também uma melhor definição de como os parceiros deverão agir e operacionalizar o programa, para que seja possível a inclusão educacional e produtiva das egressas do PMM.

Neste caso, podemos concluir que os dois artigos localizados na plataforma Scielo tinham como objetivo verificar os resultados do PMM, sendo o primeiro de Campos (2018) relacionado à vulnerabilidade à insegurança alimentar das alunas do programa, o que foi possível observar que com o aumento da renda um dos determinantes da SAN era possível sim superar a vulnerabilidade alimentar, mas que seria necessário estudos mais aprofundados, realizados com objetivo de analisar diferentes dimensões de programas e políticas públicas e suas possíveis relações com a SAN, especialmente com recorte de gênero feminino.

Enquanto isso, no artigo de Concertti, Souza e Loreto (2018), o objetivo geral era verificar se as técnicas utilizadas na implementação do Programa Mulheres Mil são capazes de fomentar a equidade de gênero por meio da inclusão educacional e produtiva e como se dá esse processo. Os resultados permitem concluir que o Programa Mulheres Mil teve limitações para o pleno alcance dos objetivos propostos, em termos da redução da pobreza e inclusão das mulheres com risco de vulnerabilidade social no mundo do trabalho.

No próximo capítulo, faremos uma avaliação política do Programa Mulheres Mil, realizando uma avaliação possível entre os nexos políticos e as concepções acadêmicas do programa objeto de estudos desta dissertação de mestrado.

5 O PMM: UMA AVALIAÇÃO POSSÍVEL ENTRE NEXOS POLÍTICOS E AS CONCEPÇÕES ACADÊMICAS

“Temos que falar sobre libertar mentes tanto quanto sobre libertar a sociedade”.

(Angela Davis, 2016)

Neste capítulo, temos como objetivo estabelecer os nexos entre o Programa Nacional Mulheres Mil e as concepções acadêmicas apreendidas nos estudos encontrados em nossa pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Plataforma Scielo.

5.1 NEXOS POLÍTICOS DA AVALIAÇÃO POLÍTICA DO PMM

A educação profissional ocupou lugar de destaque nos últimos anos, sendo alvo de inúmeras reformas, mudanças estruturais e até a implantação de novos cursos e modalidades. Para exemplificar tais ações, há a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008 e a respectiva expansão para outras localidades. Mais recentemente, em 2011, o lançamento do Programa Mulheres Mil, que ao final de 2013 foi inserido no Pronatec/Brasil Sem Miséria.

É importante analisar tal programa no contexto das modificações ocorridas na legislação e nos documentos que tornaram possível a sua implementação e execução. Trata-se de um programa inserido numa conjuntura de fortes investidas das classes dominantes para adequar o Estado brasileiro às necessidades de produção e dominação capitalistas voltadas à formação das mulheres em situação de vulnerabilidade social e, no meio dessas contradições, visa-se garantir o mínimo de conteúdos fundamentais ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho.

Em 2005, foi criado o projeto Mulheres Mil que, segundo Brasil (2011b), tinha como objetivos a elevação da escolaridade, a oferta de qualificação profissional e a inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho. Teve como propósito promover a cidadania, com resgate da autoestima, melhorias

nas relações familiares e no convívio das comunidades, além do estímulo para retornarem às escolas. A primeira ação – um projeto de extensão de capacitação para camareira – foi fruto de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na época CEFET, e os *colleges* canadenses. Isso pode ser confirmado na fala de Eliezer Pacheco (titular da secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação na época), no documento “Mulheres Mil na rede federal: caminhos da inclusão”, quando explica que:

O Mulheres Mil começou como um projeto voltado para as mulheres do Norte e Nordeste, porque nessas regiões se localizam os maiores índices de exclusão social em nosso país, e também porque naquele momento não tinha como estendê-lo a todo o território nacional. Portanto, a partir do conhecimento adquirido nessa primeira experiência, nosso desejo, nossa intenção e nossa firme determinação é que o Projeto Mulheres Mil seja estendido para todo o território nacional, todos os núcleos e Cefets da Rede Federal, para que se transforme não somente em um programa, mas em uma política da Setec, da Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Trabalhar com as mulheres em situação de risco social é uma das prioridades que nos orientam aqui na Secretaria, portanto, a meta é que o Projeto Mulheres Mil deixe de ser um projeto para ser uma política de inclusão e emancipação das mulheres, capitaneada aqui pela Setec (BRASIL, 2011b, p. 6).

O Projeto Mulheres Mil alcançará uma “concentração setorial” através da melhoria do acesso de mulheres ao mundo de trabalho, com um crescimento resultando na melhoria da vida familiar e potencialmente na habilidade de mulheres marginalizadas em contribuir com a governança de suas comunidades conforme as mulheres se tornam mais economicamente emancipadas. O projeto tem uma “concentração regional” em seu foco no Nordeste e Norte do Brasil. O Nordeste é reconhecido por uma distribuição de renda altamente desigual, alto desemprego ou índice de emprego informal e os mais baixos níveis de participação da mulher na força de trabalho, enquanto o Norte tem uma grande concentração de comunidades indígenas e de famílias lideras por mulheres. O projeto atenderá o objetivo global da inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas através do desenvolvimento de competência no nível “institucional” da rede CEFET. Os CEFETs, semelhantes às faculdades canadenses, são instituições apropriadas e sustentáveis para desenvolver e implementar programas de suporte e capacitação para ensinar as mulheres desfavorecidas a fazer parte da mão-de obra formal.

Ao longo do programa proposto, as equipes canadenses e brasileiras desenvolveram os sistemas apropriados para os CEFETs, criando ou personalizando modelos canadenses apropriados e as melhores práticas em serviços de acesso,

avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia e programas personalizados de capacitação à curto prazo. O trabalho cooperativo resultou no compartilhamento de conhecimento e habilidades e, ao final, aprimorou a relação entre o Canadá e o Brasil. As atividades cooperativas deste projeto também contribuirão com o desenvolvimento da competência nas faculdades canadenses parceiras. Além dos benefícios do trabalho internacional e desenvolvimento da parceria, o projeto testou uma variedade de modelos educacionais no Brasil (ARAP, por exemplo) com um desafiante grupo alvo de mulheres desfavorecidas, uma área onde está faltando pesquisa. As faculdades canadenses poderão usar as lições aprendidas para melhorar os seus próprios sistemas e práticas em atender este grupo alvo.

Na conclusão do projeto, esperava-se que mais de 1000 mulheres desfavorecidas alcançassem um objetivo de emprego; de 10 a 15 CEFETs no Nordeste e Norte do Brasil teriam sistemas sustentáveis para ofertar serviços de acesso, capacitação genérica e personalizada (por exemplo, hospitalidade, processamento de alimentos) às mulheres desfavorecidas; e a relação fortalecida entre as faculdades canadenses e as instituições brasileiras aumentaria as relações globais entre os dois países.

O projeto foi planejado para um período de quatro anos, no qual seriam desenvolvidos os sistemas e práticas para os serviços e capacitação de mulheres desfavorecidas nos CEFETs participantes. Os CEFETs assumiram um crescente controle e responsabilidade pelos resultados durante os quatro anos do projeto. O período planejado do projeto foi de setembro de 2006 a agosto de 2010, ou seja, um período de quatro anos após a aprovação do projeto.

O suporte de investimento global solicitado da CIDA foi de \$2,145,707, sendo as contribuições dos parceiros incluindo o Brasil: \$4,057,390 e Canadá: \$450,632, respectivamente.

O contexto histórico do Brasil revelou, através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que a população brasileira cresceu 12,7% no período de 1996 a 2003, ou seja, uma média de 1,5% anual. Do total da população brasileira, cerca de 174 milhões, as mulheres correspondem a 89 milhões (51,2%), conforme pode ser observado na Tabela 01.

Tabela 1 – População residente por sexo – Brasil 1996 e 2003

Ano	Total	Mulheres	%	Homens	%
1996	154.360.589	79.041.783	51,2	75.318.796	48,8
2006	173.966.052	89.108.243	51,2	84.857.809	48,8

Fonte: IBGE. MEC/Inep, Trajetória da Mulher na Educação Brasileira 1996-2003.

A proporcionalidade entre os sexos permanece estável nas regiões brasileiras (Tabela 02), mas em termos numéricos por grupos de idade, observa-se a superioridade crescente do sexo feminino a partir de 19 anos, chegando a cerca de 60% a faixa de mulheres acima de 20 anos (Tabela 03).

Tabela 2 - População residente Brasileira por sexo, segundo região geográfica 2003

Região	Total	Mulheres	%	Homens	%
Brasil	173.966.052	89.108.243	51,2	84.857.809	48,8
Norte	10.407.609	5.257.916	50,5	5.149.693	49,5
Nordeste	49.479.029	25.233.331	51,0	24.245.698	49,0
Sudeste	75.616.581	39.007.514	51,5	36.609.067	48,5
Sul	26.094.256	13.343.034	51,1	12.751.222	48,9
Centro-Oeste	12.368.577	6.266.448	50,6	6.102.129	49,4

Fonte: IBGE. MEC/Inep, Trajetória da Mulher na Educação Brasileira 1996-2003.

Tabela 03 – População Residente, segundo sexo e grupos de idade Brasil 2003

Grupos de Idade	Brasil	População Residente, por Sexo			
		Mulheres	%	Homens	%
Total	173.966.052	89.108.243	51,2	84.857.809	48,8
0 a 4 anos	14.590.732	7.149.010	49,0	7.441.722	51,0
5 a 9 anos	16.394.996	8.059.775	49,1	8.335.221	50,9
10 a 14 anos	16.286.942	16.286.942	49,0	8.306.349	51,0
15 a 19 anos	17.250.730	8.483.826	49,2	8.766.904	50,8
20 a 24 anos	16.602.365	8.324.837	50,1	8.277.928	49,9
25 a 39 anos	39.901.130	20.617.097	51,7	19.284.033	48,3
40 a 59 anos	36.176.841	19.117.249	52,8	17.059.592	47,2
60 anos ou mais	16.732.547	9.361.460	55,9	7.371.087	44,1

Fonte: IBGE. MEC/Inep, Trajetória da Mulher na Educação Brasileira 1996-2003, Tabelas construídas pela SETEC/MEC.

A partir do conhecimento adquirido nessa primeira experiência, o Mulheres Mil foi ampliado a partir de 2007, em caráter experimental, para mais 13 IFs das regiões Norte e Nordeste (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins). Tais estados tinham autonomia para elencar as áreas que cada instituição definiria para o desenvolvimento do curso, sendo feitos diagnósticos e análises do potencial produtivo da região para uma possível inserção das egressas no mercado de trabalho.

Para exemplificar o desenvolvimento do Mulheres Mil nessas regiões, pode-se indicar os projetos desenvolvidos no período, conforme relatado no documento “Mulheres Mil na rede federal – caminhos da inclusão” (BRASIL, 2011b):

Quadro 08 – Nome dos projetos, estados, cursos oferecidos e participantes do PMM.

Estados	Nome dos projetos	Cursos oferecidos	Participantes
Alagoas	“O doce sabor do ser”	Alimentos (manipulação)	27
Amazonas	“Transformação, cidadania e renda”	Turismo (camareira)	51
Bahia	“Um tour em novos horizontes”	Turismo (camareira) e saúde (cuidador familiar)	122
Ceará	“Mulheres de Fortaleza”	Turismo (camareira) e alimentos (manipulação)	50
Maranhão	Alimentos de Inclusão	Alimentos (congelamento, conservação e manipulação)	95
Paraíba	“Artesanato e pesca”	Artesanato e pesca	50
Pernambuco	“Alimentos”	Alimentos	50
Piauí	“Vestindo a cidadania”	Têxtil (moda e confecção)	60
Rio Grande do Norte	“Casa da tilápia”	Pesca (beneficiamento do couro da tilápia)	50
Rondônia	“Biojoias – rede de vida”	Artesanato	40
Roraima	“Inclusão com educação”	Alfabetização	80
Sergipe	“Do lixo à cidadania” e “Pescando conhecimento”	Artesanato (recicláveis; cascos de mariscos e alimentos)	60
Tocantins	“Cidadania pela arte”	Artesanato (corte e costura)	75
Total de participantes			810

Fonte: dados da dissertação de Ponciano, 2017.

Os cursos eram elaborados de forma a promover uma sistematização adequada da educação profissional no âmbito do Mulheres Mil, considerando as características das pessoas que frequentavam tais atividades:

As beneficiárias tinham entre 18 e 60 anos, apresentavam quadro de total exclusão social, educacional e econômica. Possuíam perfil de baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima. Os trabalhos foram voltados para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, permanência e êxito das beneficiárias nos processos educacionais, de formação e inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2011a, p. 3).

Com o intuito de superar essas desigualdades e de ser instrumento para a inclusão social, a equidade e o desenvolvimento sustentável das comunidades, desde então, “[...] cerca de 1,2 mil mulheres foram beneficiadas com cursos profissionalizantes” (BRASIL, 2014) em diversas áreas.

Com o escopo de ser um programa embasado nas políticas públicas e com capacidade de impulsionar o desenvolvimento econômico e a inclusão social de uma parcela de pessoas do sexo feminino, o Mulheres Mil foi integrado no contexto dos IFs para atender à demanda do mercado de trabalho, alinhado ao perfil da população-alvo e orientado pelo setor produtivo ou do empreendedorismo, com atenção à diversidade social e econômica das mulheres frequentes dos cursos. Para tanto, se fundamentou no enfoque metodológico e operacional denominado “Metodologia Específica de Acesso, Permanência e Êxito”, que leva em consideração os objetivos do programa e o uso de temas transversais para a formação cidadã, dentre eles:

[...] elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promoção a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2014).

A seguir, discutiremos as ações e os objetivos do programa, analisando a implantação e os impactos para oferecer alguns indicadores na compreensão do que se efetivou ou não no âmbito do Mulheres Mil. Tal encaminhamento visa descrever o programa em sua totalidade, com desenhos e formulações que se desdobraram em sistemas de informação com reformulações necessárias, por meio da prática; e em um sistema de acompanhamento e avaliações, em que foi aprovada uma nova legislação ou apenas uma complementação a ela.

Nos documentos que instituem e normatizam o programa, consta como o principal dos objetivos o aumento do acesso das mulheres pobres, sejam elas donas de casa, empregadas domésticas, desempregadas, empreendedoras, autônomas ou informais etc., aos cursos de qualificação, correlacionando o acréscimo da escolaridade, a inserção no mercado de trabalho e a superação, no nível individual, da pobreza extrema e, conseqüentemente, da comunidade em que vivem e da sociedade como um todo. Em suma, tem-se que:

O programa pretende ampliar o atendimento, garantindo o direito a educação, oportunidade de melhoria de renda por meio do acesso ao trabalho decente. Assim, contribuirá para reduzir os índices de miséria e pobreza, para elevar níveis educacionais e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País, com mais equidade e justiça social (BRASIL, 2011e, p. 8).

Entretanto, a melhor qualificação delas poderá ou não resultar em melhores condições de vida e inserção no trabalho. Como afirma Kuenzer (2007), as políticas e

os programas de educação profissional para essa classe visam a inclusão social e estão sempre subordinadas às demandas do processo de acumulação, sendo uma forma de inclusão excludente, já que os desempregados e as pessoas em situação de pobreza experimentam dois processos que mantêm uma relação dialética entre si:

[...] do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para inclui-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, se estabelece um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas “professadas” na direção da democratização, aumenta-se a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas se precarizam os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão nem permanência (KUENZER, 2007, p. 492-493, grifos da autora).

De acordo com o relatório “Tendências Mundiais de Emprego 2014”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para melhorar as condições laborais é primordial reduzir a informalidade, já que ela afeta quase um em cada dois trabalhadores. O relatório orienta que é importante uma mudança rumo a políticas mais favoráveis para o emprego e um aumento da renda derivada do trabalho impulsionaria o crescimento econômico e a criação de novas vagas. Além disso, para a OIT, é fundamental fortalecer a proteção social e a transição para o emprego formal, pois se observa que o emprego informal continua alto e representa cerca de 48% do mercado de trabalho. Nesse sentido, o ritmo de melhoria na qualidade do emprego está diminuindo, o que indica que um número menor de pessoas está saindo da pobreza: em 2013, em âmbito mundial, o número de trabalhadores em situação de extrema pobreza diminuiu apenas 2,7%, sendo esta considerada uma das taxas mais baixas da última década.

A partir dessas análises, pontuam-se alguns objetivos do Programa Mulheres Mil que estejam relacionados aos assuntos abordados nesta pesquisa, por meio do delineamento dos estudos sobre o programa, associados à avaliação da trajetória das egressas no mundo do trabalho. De acordo com Brasil (2011e, p. 9), tais objetivos são:

- a) Estímulo à inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;
- b) Possibilidade do acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional;

- c) Oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas;
- d) Articulação de mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade;
- e) Estruturação e implantação do Observatório do Mulheres Mil.

Em nossas análises, observamos que os itens “a, b, c, d” já foram ofertados nos cursos do PMM dos Institutos Federais. Apenas o item “e”, referente à implantação do Observatório do Mulheres Mil, não foi realizado até o final desta pesquisa.

5.2 INDICADORES DO PMM EM RELAÇÃO AOS SEUS OBJETIVOS

Nesta seção, iremos discorrer sobre os indicadores encontrados em na pesquisa documental dos relatórios, nota técnica, dissertações e teses analisadas, bem como de dados disponibilizados pelo IBGE.

As metas a serem atingidas, entre 2011 e 2014, previam inicialmente a “[...] formação de 100 mil mulheres, moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e/ou integrantes dos territórios da cidadania” (BRASIL, 2011e, p. 9), cujos impactos esperados seriam a redução das desigualdades sociais para erradicar a pobreza no país; a melhoria dos índices de equidade e igualdade de gênero no Brasil, bem como da renda familiar e do desenvolvimento sustentável nas comunidades vulneráveis beneficiadas pelo programa; a redução do analfabetismo, com oferta de educação profissional para alunas que estavam fora do convívio escolar etc.

Até 2012, o programa era executado em 210 *campi* da rede federal. Já em 2013, expandiu para 241 *campi*; logo, nos “[...] três anos iniciais de execução, o programa alcançou o número expressivo de 37.183 mulheres qualificadas, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho” (BRASIL, 2014, p. 50).

A meta de matrículas para 2013 era de 30 mil alunas. Entretanto, neste período foram beneficiadas 19.433 mulheres em todo o país, sendo executado, para tanto,

aproximadamente, R\$ 17 milhões, havendo uma sobra de mais de 10 mil vagas. Algumas dificuldades impactaram o desenvolvimento do Programa, como, por exemplo, o ajuste de calendário escolar em função da greve de servidores ocorrida no ano anterior e problemas relacionados ao repasse dos recursos financeiros, já que muitas instituições não cumpriram as metas de matrículas esperadas e devolveram os recursos descentralizados à SETEC (BRASIL, 2014, p. 50).

No ano de 2013, em atendimento à demanda dos Institutos Federais, o Programa Mulheres Mil passou a integrar as modalidades da Bolsa Formação Trabalhador, conforme previsto pela Portaria MEC nº 168, artigo 5º, § 3º.

Quadro 09: principais ações realizadas no âmbito do PMM em 2013.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MULHERES MIL EM 2013
1. Apresentação do Programa em reunião do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais-CONDETUF, com o objetivo de expandir a implantação do Programa para além dos Institutos Federais;
2. Realização do Encontro Nacional dos Gestores Institucionais do Programa, com a participação de 37 gestores institucionais, em maio de 2013, com o objetivo de apresentar as diretrizes para execução do Programa na Bolsa Formação;
3. Realização da III Oficina de Formação na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, em maio de 2013, com 260 participantes, entre gestores institucionais e locais do Programa, servidores de reitorias e representantes das escolas técnicas vinculadas;
4. Elaboração de instrumento de coleta de informações socioeconômicas das participantes do Programa, com o objetivo de garantir comparabilidade e análise de âmbito nacional dos indicadores sociais coletados, como chefia da família, faixas etárias e indicadores sociais nacionais validados pelo IBGE.
5. Continuidade às atividades da Pesquisa de Impacto do Programa Mulheres Mil, em articulação com pesquisadoras brasileiras e canadenses, do Niagara College;
6. Elaboração de orientações a transição da execução do Programa Mulheres Mil para a Bolsa-Formação Trabalhador;
7. Realização de monitoramento mensal de matrículas realizadas versus execução financeira nos Institutos Federais, com acompanhamento via SISTEC e SIAFI e realização de videoconferências com gestores institucionais e locais, para discussão dos fatores relacionados aos resultados alcançados;

8. Início do Plano de Formação Continuada na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, divulgando, por meio de webconferências, conteúdos e experiências da aplicação da metodologia com vistas ao fortalecimento da execução do Programa nos Institutos Federais. Foram apresentados temas como Mapa da Vida, Portfólio, Educação e relações de Gênero, Elevação da escolaridade; e
9. Articulação com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como demandante nacional do Mulheres Mil no âmbito do Pronatec, inclusive com treinamento da equipe do MDS na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito.

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2013, BRASIL, 2014.

O programa teve como meta inicial a formação de cem mil mulheres entre os anos de 2011 e 2014¹². No Quadro 10, podemos identificar os objetivos e impactos esperados:

Quadro 10 - Objetivos e Impactos do Programa Mulheres Mil.

OBJETIVOS	IMPACTOS
Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade.	Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país.
Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional.	Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil
Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas.	Reduzir os índices de violência doméstica.
Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade.	Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade.
Estruturar e implantar o Observatório do Mulheres Mil.	Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas.

¹² Em agosto de 2013, através do Ofício Circular 51/2013 DIR/SETEC/MEC o Programa Nacional Mulheres Mil foi integrado ao Programa Bolsa Formação Pronatec e passou a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Dessa forma, o PMM foi reformulado de forma a também atender a perspectiva de trabalho do MDS e novas metas de atendimento ao público foram traçadas, de forma que não pudemos obter confirmação junto ao órgão sobre o alcance da primeira meta definida, de cem mil mulheres.

Estabelecer uma Rede de Intercâmbio de Experiências, de Informação e de Disseminação.	Melhorar as relações familiares e comunitárias.
Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento contempladas pelo Programa.	Ampliar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais.
Capacitar técnica e pedagogicamente equipes multidisciplinares integrantes do Programa no domínio da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil.	Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos.
Acompanhar, monitorar e avaliar o Programa por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).	Contribuir para a redução do analfabetismo.
Desenvolver e implantar o Selo de Certificação da Metodologia Mulheres Mil.	Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Educação Profissional e Tecnológica para o alunado não tradicional.

Fonte: Brasil (2011c).

A metodologia do programa estrutura-se em um sistema de duas fases: (a) Acesso; e (b) Permanência e Êxito, desenvolvido em parceria com a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC) que objetiva assegurar um conjunto de serviços para o pleno atendimento das necessidades, desenvolvimento integral e sustentável das alunas atendidas.

O sistema contempla a metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP) reconhecendo as habilidades adquiridas ao longo da vida da estudante certificando as aprendizagens formais e “não formais”. O sistema ainda prevê o atendimento e aconselhamento das mulheres por meio de uma equipe multidisciplinar¹³ que as encaminhe a outros programas sociais. O referido sistema é descrito no documento de referência Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito, apresentado resumidamente abaixo:

¹³ A equipe multidisciplinar é formada por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, nutricionistas, médicos e demais profissionais especializados que devem atuar conjuntamente favorecendo o desenvolvimento do Programa Mulheres Mil.

Quadro 11 - Metodologias de Acesso.

METODOLOGIA DE ACESSO	
OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Viabilizar o ingresso da população feminina nas instituições de educação.	Ser instrumento de diálogo com a comunidade;
	Reconhecer as aprendizagens prévias;
	Contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais para a inclusão de populações historicamente excluídas;
	Fomentar a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres por meio da educação;
	Estabelecer diálogos e parcerias com o mundo do trabalho

Fonte: BRASIL (2011c, p.4-5)

Dentre seus objetivos gerais, metas e impactos, o programa apresenta-se como uma ação ambiciosa que engloba objetivos palpáveis como a formação profissional e a certificação da população feminina, bem como pretende também ser um fator para instrumentalizar as mulheres para o empoderamento e na promoção da equidade de gênero, objetivos que provavelmente se consagrarão a longo prazo e que exigem abertura em contextos mais amplos, a exemplo da ampliação da atuação feminina na política. Averiguamos que não fica evidente quais estratégias serão utilizadas para alcançar esses objetivos especificamente no documento referência.

Para a oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), prevê-se dentro do documento de referência a construção de um Itinerário Formativo para Mulheres definido como “o percurso educacional a ser percorrido em face dos objetivos a serem apresentados e das lacunas de conhecimento identificadas” (BRASIL, 2011c, p. 20). Assim, deve ser elaborado por cada unidade ofertante um Plano Educacional que apresente um módulo central, cujas disciplinas “aplicam-se à realidade do cotidiano das alunas e oferecem aplicabilidade imediata em suas vidas, na labuta diária, em suas casas e no seu trabalho” (BRASIL, 2011c, p. 21).

O Plano Educacional Central deve ser fundamentado nos seguintes aspectos:

Concepção e objetivos: Educação como direito. Emancipação. Disciplinas, temáticas e conteúdos: Contextualizados. Metodologia de ensino e aprendizagem: Reconhecer as mulheres como pessoas com vivências ricas de significados. Avaliação da aprendizagem: contínua, permanente, formativa e qualitativa (BRASIL, 2011c, p.19).

As concepções e objetivos do Plano educacional visam atender a um dos objetivos gerais do Programa Mulheres Mil, que é promover a inclusão educacional de mulheres, tomando a educação como um direito de todos e instrumento para a emancipação individual. No que tange aos conteúdos, deverão ser definidos a partir do diálogo com a comunidade a ser atendida, integrando a oferta e a demanda. Para isso, o documento aponta alguns conteúdos que devam ser tratados de forma integrada e transversal, sendo eles: português e matemática aplicada, informática aplicada, cidadania e direitos da mulher, empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária etc.

Quanto à metodologia, busca-se respeitar as trajetórias das mulheres a serem atendidas, interrelacionando os conteúdos abordados às demandas produtivas locais e às temáticas transversais inerentes à realidade vivenciada. A avaliação da aprendizagem pretende ser a mais democrática possível, buscando uma avaliação contínua e formativa conforme os objetivos do programa.

De modo geral, podemos observar que a construção desse documento se baseia em princípios educacionais freirianos, mesmo não havendo referências ao autor. Paulo Freire formulou uma concepção de educação libertadora, fundamentada numa visão humanística, de forma que a aprendizagem não diz respeito apenas ao acúmulo de conhecimentos, mas também proporciona mudanças nos indivíduos. Assim o processo educativo conduziria o estudante a ser um pensador crítico da sua realidade.

Complementando o sistema em sua segunda etapa (Permanência e Êxito), encontram-se descritas uma série de ações que devem, de forma conjunta, favorecer a permanência das educandas nos cursos de forma que possam completar seu itinerário formativo, favorecer o atendimento em outros órgãos públicos, bem como orientá-las após a certificação para seu ingresso em postos de trabalho.

Quadro 12 – Metodologias de Permanência e Êxito.

METODOLOGIA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>Consiste num conjunto de ações multidisciplinares, direcionadas ao atendimento das educandas, pautado em um processo sistêmico e estratégico favorecendo o desenvolvimento das educandas, seus familiares e comunidade</p>	<p>Minimizar os fatores de evasão e baixo rendimento;</p>
	<p>Orientar as alunas para a superação de dificuldades inerentes ao processo de inclusão e permanência na instituição e no mundo do trabalho;</p>
	<p>Capacitar para o exercício da economia solidária, empreendedorismo, cooperativismo, etc.</p>
	<p>Firmar parcerias para a inserção das educandas no mundo do trabalho;</p>
	<p>Acompanhar e Monitorar as educandas na realização de estágios.</p>

Fonte: BRASIL (2011c, p. 26-27)

Estas ações são prestadas através da assistência social, médico e psicológica; auxílio financeiro para transporte e alimentação, creche, material e uniforme. Essa assistência deve ser prestada por um grupo multidisciplinar “constituído de um conjunto de servidores, profissionais especialistas e parceiros que, em trabalho articulado, colaborativo e solidário, viabilizarão as ações do Programa na comunidade interna e externa” (BRASIL, 2011c, p.7).

Essa etapa prevê ainda o apoio à aprendizagem e à pesquisa, buscando integrar o alunado a outros espaços de aprendizagem, a exemplo da biblioteca, laboratórios, visitas a outras instituições, atividades culturais e desportivas; aconselhamento, assistência e orientação ao emprego, em que a equipe multidisciplinar acompanhará as estudantes em seus estágios, bem como promoção de visitas técnicas e seminários que viabilizem a melhor compreensão do mundo do trabalho.

A gênese dos estudos sobre indicadores sociais remete à década de 1960, com a publicação do livro *Social Indicators* (BAUER, 1966), que foi uma resposta ao momento político específico pelo qual passava os Estados Unidos, marcado, principalmente, pelo crescimento das reivindicações por direitos civis e oposição à

participação americana na Guerra do Vietnã. Em um contexto de ampliação do dinamismo econômico, queda do desemprego e introdução de políticas de proteção social – como as políticas de combate à pobreza – o aumento das tensões sociais desafiava o governo e analistas que tinham nos indicadores econômicos as principais ferramentas para o monitoramento da dinâmica social do país.

As respostas insuficientes dadas por estes indicadores tornaram evidente a necessidade de incorporar a produção de indicadores sociais na pauta das políticas públicas nacionais, dando início ao chamado “movimento de indicadores sociais” que, dos Estados Unidos, se espalhou por outros países – como França, Japão, Alemanha e Inglaterra. A partir da produção de relatórios, em que temas essenciais ao monitoramento das condições de vida das populações passaram a ser investigados, os indicadores sociais ganharam centralidade no diagnóstico e implementação de políticas públicas dos países (SIMÕES; ALKMIM, 2017).

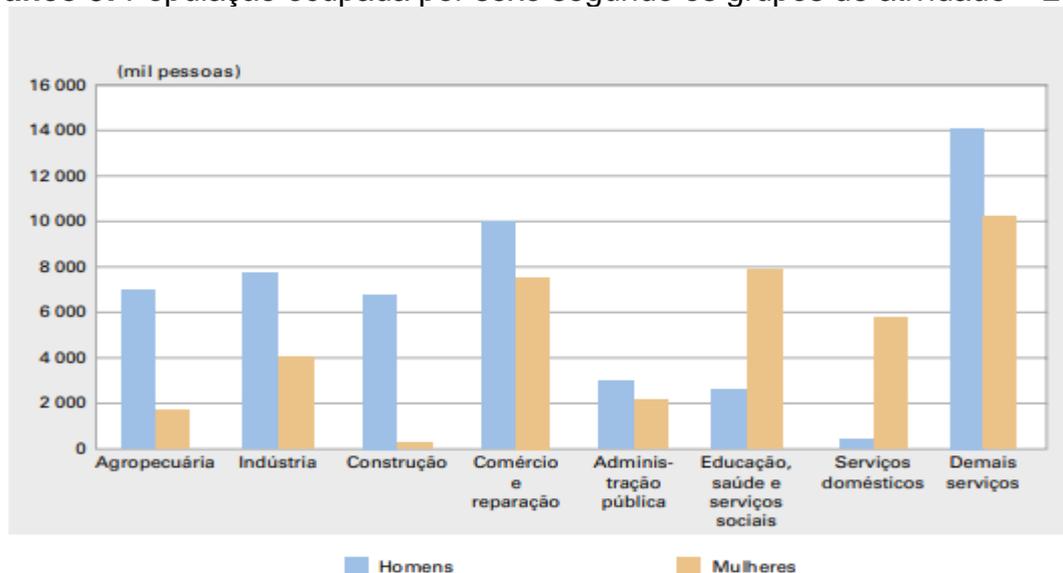
O pioneirismo do IBGE na produção de indicadores sociais remete à criação, em 1973, do Grupo Projeto de Indicadores Sociais - GPIS, iniciativa alinhada ao movimento dos indicadores sociais e que teve como objetivo organizar e sistematizar a produção de estatísticas sociais do Brasil dentro de um quadro temático e analítico referenciado teoricamente. Partindo da conceituação que confere dimensão sistêmica ao campo social, a proposta desenvolvida pelo referido grupo se opunha à organização puramente temática dos indicadores sociais, sem que fossem levadas em consideração as articulações existentes entre seus múltiplos aspectos e relações, bem como da necessidade do seu enquadramento em uma perspectiva histórica. Propunha, por outro lado, que a organização dos indicadores sociais seguisse esquemas conceituais pré-definidos, garantindo, com isso, maior eficácia explicativa.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) é uma importante fonte de informações para a análise das condições de vida da população brasileira e reflete, em sua estrutura temática e abordagem conceitual, a trajetória dos mais de 40 anos do IBGE na produção e análise dos indicadores sociais. Tendo sua primeira versão lançada em 1999 e, desde então, com periodicidade anual – com exceção dos anos censitários – a publicação manteve, ao longo desses anos, sua estrutura baseada na análise temática de indicadores, organizada a partir da perspectiva das desigualdades sociais. Procurou-se retratar, ao longo dessa série de publicações, o nível de bem-estar das pessoas, famílias e grupos sociais. (BRASIL, 2018b)

O desenho atual do setor produtivo brasileiro mostra uma concentração no setor de serviços, seguido em importância pela indústria. Isso revela o perfil moderno e mais desenvolvido do país, principalmente quando comparado com outras nações da América Latina. Tal diferenciação ocorreu efetivamente a partir do final da década de 1930 e aprofundou-se nos últimos 50 anos, quando o Brasil sofreu um forte processo de urbanização e industrialização, alterando a população residente da área rural para as grandes cidades e metrópoles que se formaram. O setor da construção civil com número expressivo de trabalhadores também é indicador desta dinâmica progressiva.

Entretanto, traços primordiais da economia brasileira ainda se encontram presentes na marca mais tradicional representada pelos trabalhadores ocupados em serviços domésticos: 6,3 milhões em 2017 (ou 6,8% dos ocupados). Nesta atividade, verificou-se também a maior disparidade em relação à distribuição de homens e mulheres, sendo essencialmente constituída de ocupações femininas (5,8 milhões de mulheres e 475 mil homens). Em situação inversa, a construção civil, atividade também caracterizada pela baixa remuneração, ocupou 6,8 milhões de homens e somente 240 mil mulheres, em 2017 (BRASIL, 2018b), como mostra o Gráfico 03, abaixo:

Gráfico 3: População ocupada por sexo segundo os grupos de atividade – 2017



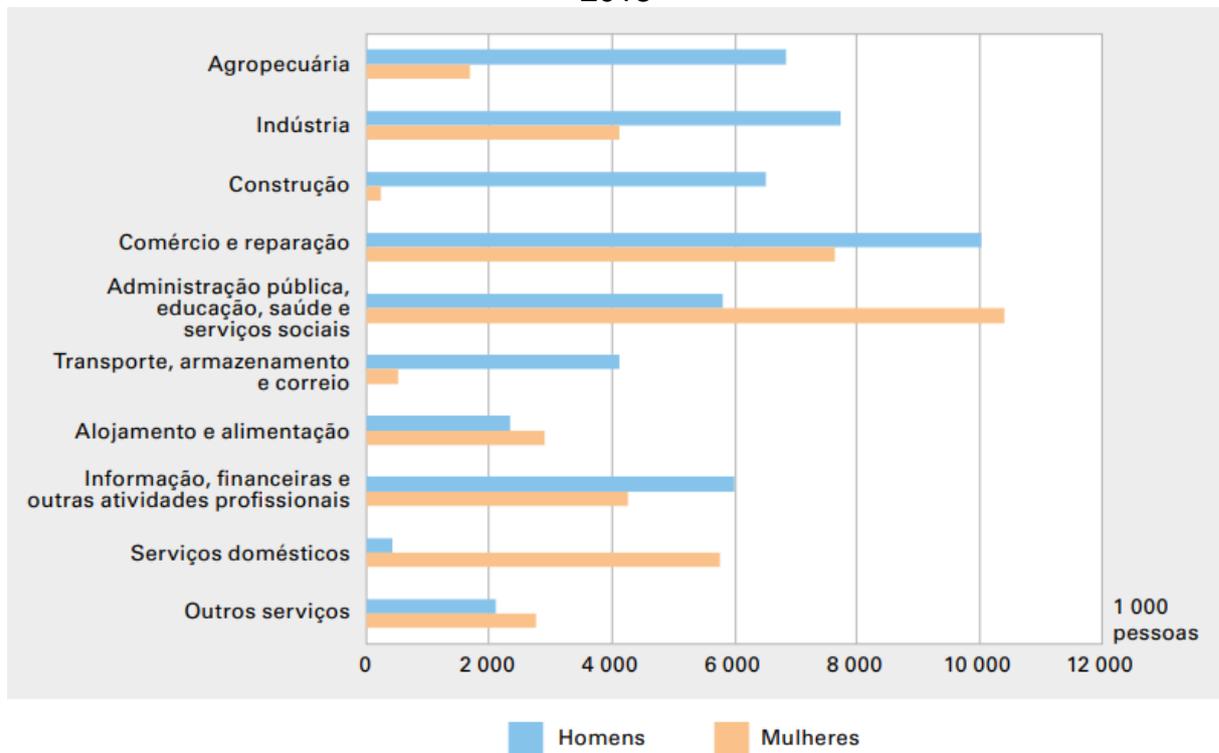
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

A estrutura produtiva brasileira, entretanto, carrega também elementos e relações trabalhistas típicas de economias subdesenvolvidas, como por exemplo, o

grande número de trabalhadores em serviços domésticos, 6,2 milhões em 2018 (ou 6,8% dos ocupados), sendo essa uma atividade essencialmente constituída de ocupações desempenhadas por mulheres (5,8 milhões de mulheres e 458 mil homens). Em situação inversa, a construção, atividade também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, ocupou 6,5 milhões de homens e somente 235 mil mulheres em 2018 (Gráfico 04) (BRASIL, 2019).

Gráfico 4: População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividade – Brasil - 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Em comparação dos gráficos 3 e 4, podemos observar que não houve mudanças significativas na realidade da atividade produtiva das mulheres e homens entre os anos de 2017 e 2018, com as mulheres desempenhando majoritariamente os serviços domésticos e na construção sendo minoria, indicando assim que o programa não cumpriu plena e explicitamente os objetivos dispostos no marco legal e no próprio desenho previsto na sua formulação.

Vale ressaltar que o tempo de estudo das mulheres, inclusive, não tem correspondido a posições melhores nem equânimes para as mulheres no mercado de trabalho, comparativamente aos homens. A taxa de ocupação entre as mulheres, que

era de 45,2% em 2002, chegou a 49,2% em 2013, mas permanece mais de quinze pontos abaixo dos homens, como mostram Biroli e Miguel (2014).

Os autores mostram ainda que o rendimento mensal médio dos trabalhadores homens é o dobro das mulheres. Em 2012, a média de rendimento deles foi de R\$ 1.430,00, enquanto das mulheres foi de 824 reais. Nos estratos com mais de vinte salários-mínimos, há quase três vezes mais homens do que mulheres. A renda também oscila segundo o sexo e a cor dos indivíduos. Ainda de acordo com Biroli e Miguel (2014), a renda dos homens brancos é quase três vezes maior que a das mulheres negras. Mas entre as mulheres, a renda média das negras é 44% menor do que as mulheres brancas. A falta de creches e de políticas adequadas para a conciliação entre a rotina de trabalho e o cuidado com os filhos pequenos penaliza as mulheres muito mais do que os homens.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A gente luta por uma sociedade em que as mulheres possam ser consideradas pessoas”.

(Djamila Ribeiro, 2018)

Na introdução, contextualizamos o movimento histórico e cultural da sociedade capitalista e, em particular dos países de economia dependente, como o Brasil, onde as mulheres têm geralmente a responsabilidade pelos cuidados domésticos e afazeres voltados à família. Essa atribuição social limitou a sua vida ao espaço privado e restrito da casa, ao trabalho servil e mesmo com as transformações mais recentes, decorrentes da globalização e de mudanças sociais, culturais e políticas ocorridas no seio do Estado e da sociedade, o papel e o lugar da mulher continuaram sendo secundarizados, marginalizado e em vários aspectos, como aqueles ligados ao trabalho e renda, em plena desvantagem quando comparado ao gênero masculino.

Consideramos que os estudos e as pesquisas sobre o Programa Nacional Mulheres Mil ainda são incipientes no âmbito da produção acadêmico-científica em educação profissional, podendo ser analisados sob diferentes enfoques e perspectivas, sendo, ao nosso ver, importante objeto de pesquisa alinhado aos objetivos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN – PPGEP/IFRN, entre outros programas de pós-graduação.

Logo, vimos na pesquisa que as políticas públicas de educação profissional e a questão de gênero no Brasil, em particular sob a análise do Programa Nacional Mulheres Mil (PMM), parecem oscilar e ao mesmo tempo apresentarem-se com significativo distanciamento entre o que está previsto no desenho e nos objetivos do programa, em particular para superar as desigualdades sociais pelas vias da educação, visto que o público-alvo é formado majoritariamente por mulheres não escolarizadas e em profunda vulnerabilidade social. Ao nosso ver, o discurso oficial ainda mantém significativo distanciamento do que enunciado pelo Programa, na prática, em que pese todos os esforços da ação governamental por meio do IFRN, por exemplo. Associado a isso, o contexto atual da realidade brasileira mostra a crescente negação dos direitos, reconhecimento e respeito à dimensão de gênero, sendo uma

problemática que merece análises mais densas e protagonismo político mais efetivo e diuturno por parte dos movimentos comprometidos com a questão.

A avaliação política da política busca elucidar os critérios que fundamentam a decisão pública de formulação do PMM, analisando os princípios políticos do PMM, relacionando-os com aqueles defendidos no âmbito dos IFs, bem como compreender se há compatibilidade interna entre os princípios da formulação do PMM e a sua consistência em relação aos mecanismos institucionais previstos para a sua implementação no IFRN. Nessa perspectiva, ainda que inconclusas e provisórias, chegamos às seguintes considerações:

- a) Nos documentos que fundamentam o Programa, percebemos objetivos e princípios que enunciam a intenção de promover a emancipação, o protagonismo e até mesmo a escolarização das mulheres, com vistas à inserção no mundo do trabalho, mas os componentes ideológicos são mais predominantes do que os resultados promovidos pelo PMM, como mostram os resultados da pesquisa.
- b) A título de ilustração, percebemos que a desigualdade social é sempre uma relação política, passível de ser enfrentada pela ação do Estado e afirmada pelas lutas coletivas por direitos, cujo efeito democrático pode ser desestabilizador de privilégios historicamente reproduzidos pelas elites, sobretudo junto às mulheres, mas na prática, o PMM não conseguiu consolidar-se como política pública de educação profissional universal para as mulheres, tanto porque a SETEC/MEC não garantiu as condições na agenda, no planejamento e no próprio orçamento, quanto porque a continuidade e a execução do Programa depende, em grande parte, da opção por parte dos Institutos Federais em assumir o PMM na sua política e planejamento internos, como é o caso do IFRN.

O Programa Mulheres Mil vem para estabelecer o contraponto ao processo de divisão sexual do trabalho, impulsionando o desenvolvimento regional e institucional, pela melhoria do acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social à educação e ao mundo do trabalho. Aliás, mesmo tendo problematizado a discussão em nossa pesquisa, a discussão sobre a divisão sexual do trabalho não foi

aprofundada e, ao nosso ver, merece mais atenção e ampliação do debate e dos estudos no âmbito do PPGEF, em particular aos que estudam e pesquisam em torno de problemáticas como gênero e outras que envolvem as questões ligadas às Mulheres.

De todo modo, podemos afirmar que o Programa Mulheres Mil contribui para a promoção e o crescimento humano das mulheres, quando inseridas no contexto e nos espaços da educação profissional, porque mesmo que de forma mais estreita, acabam tendo acesso a saberes e conhecimentos, aumentam a autoestima, podem conviver em grupo e compartilhar experiências, entre outros aspectos que a socialização do saber, em menor ou maior graus, podem proporcionar.

Como mulher emancipada, mãe, esposa e trabalhadora comprometida com a educação pública e de qualidade social, no percurso da pesquisa vivi e senti na pele, no corpo e na mente os desafios e as dificuldades próprias do contexto da pandemia do novo coronavírus. Por isso, concluo esta sessão rememorando e solidarizando-me com as milhares de mulheres que sofrem todo tipo de violência, como o preconceito, a discriminação e a negação de direitos, como a falta de trabalho digno e justo. Lembro ainda das mulheres mortas, vítimas da COVID-19, do machismo, do feminicídio e de outras mazelas sociais, culturais, políticas e econômicas a que são cruelmente submetidas em nosso país. Frente a essas realidades descritas, as mulheres passam de mil.

A nossa luta seguirá, como mulheres, profissionais, acadêmicas. Esperançar dias melhores, renovar a luta seja qual for a frente. Seguir e sempre continuar a caminhada, acreditando que somos inacabadas, e que sempre podemos avançar e melhorar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Uendel Goncalves de. **A violência obstétrica na perspectiva das egressas do Programa Mulheres Mil, Mulheres do Vale em Minas Gerais**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.
- ALTOE, Andre Pizetta. **O Estado e a cidadania feminina: vozes das Mulheres Mil**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017.
- ALVES, Claudia Beatriz Carrião. **Programa Mulheres Mil no Campus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás: Uma Possibilidade de Inclusão Social e Acesso à Educação**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.
- ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre a avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: Acesso em: 30 ago. 2021.
- AZEVEDO, Abraão Neiver de Miranda. **Divisão Sexual Do Trabalho e Questão Regional: Trajetória das Desigualdades e suas Relações**. 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional Instituição de Ensino) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.
- AZEVEDO, Márcio Adriano de. **Avaliação do programa escola ativa como política pública para escolas do campo com turmas multisseriadas: a experiência em Jardim do Seridó/rn (1998-2009)**. 2010. 215f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- BARSTED, L. A. L. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, 1994.
- BAUER, R. A. (Org.). **Social Indicators**. Cambridge [Estados Unidos]: The MIT Press, 1966. 357 p.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo Vol 2: A Experiência Vivida**, Difusão Européia do Livro, 1967.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/1994 e pelas Emendas Constitucionais n. 1/1992 a 39/2002. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.
- _____. Ministério da educação. **Mulheres em situação de vulnerabilidade contam com 100 mil vagas em programa de capacitação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/45451-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-contam-com-100-mil-vagas-em-programa-de-capacitacao>. Acesso em 23/05/2020.

- _____. **Projeto Mulheres Mil**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.oei.es/pdf2/mulheres-mil.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2021.
- _____. Ministério da Educação. **Projeto Mulheres Mil**. Projeto Mulheres Mil Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – MEC, 2007.
- _____. Ministério da Educação. **Mulheres Mil: do sonho à realidade - Thousand women: making dreams come true - Mille femmes: du revê à la réalité**. Organização: Stela Rosa. – Brasília: MEC, 2011a.
- _____. **Mulheres Mil na Rede Federal de Ensino: caminhos da inclusão**. 2011b.
- _____. **Guia metodológico do sistema de Acesso, permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. MEC/MDS, 2011c.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015: projeto de lei**. Brasília, 2011d.
- _____. Ministério da Educação. **Programa nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2011e.
- _____. **Portaria Interministerial nº 1.015/2011**. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Diário oficial da União nº 140, Seção 1, página 38, sexta-feira, 22 de julho de 2011f.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2005.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008.
- _____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de políticas para Mulheres**. Brasília, 2013.
- _____. Ministério da Educação. **Projeto Mulheres Mil**. Projeto Mulheres Mil Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá - ACCC/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC- MEC, 2007.
- _____. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão do exercício de 2013**. Brasília, 2014.
- _____. Ministério da Educação. **Nota técnica Nº 83/2018/CGRS/DPR/SETEC**. Brasília, 2018a.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. **Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2018**. Número 39. Rio de Janeiro: 2018b.
- _____. **Lei nº 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação – 2014-2024. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 29 de setembro de 2019.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e

Socioeconômica. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2018. Número 39. Rio de Janeiro: 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2019. Número 40. Rio de Janeiro: 2019.

BRAVIN, Sullien Miranda Ribeiro. **A Contribuição do Programa Mulheres Mil para a Formação de Capital Social**. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2015.

CABRAL NETO, Antônio (Org.). **Política educacional: desafios e tendências**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CABRAL NETO, Antônio. **Mudanças socioeconômicas e políticas e suas repercussões no campo da política educacional**. Natal: Mimeo, 2012.

CAMPELLO, Tereza. **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Brasília, DF, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2017.

CAMPOS, Jussara Maysa Silva. **Qualificação Profissional De Mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional**. 2015. 150 f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CAMPOS, Jussara Maysa. et al. Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1529–1538, 18 ago. 2018.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de saúde pública**, 34(3):e00101417, 2018.

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, set./out., 2003.

COSTA, Maria Emanuele Pereira. **Práticas de Letramentos: os Gêneros como Mediadores dos Letramentos de Estudantes do Programa Mulheres Mil**. 2017. 240 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CORCETTI, Elisabete. **Análise do Policy Design do Programa Mulheres Mil: Caminhos da Inclusão?** 2018. 215 f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

CORCETTI, Elisabete; SOUZA, Susane Petinelli; LORETO, Maria das Dores S. de. O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero? **Aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 911-943, jul./set. 2018

CRESWELL. John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Magda Renata Marques. **Vozes Em Diálogo No Promil: uma construção discursiva em torno do ser feminino**. 2018. 200 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

DRAIBE, Sônia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 8, 1993.

DUARTE, Kelly Cristine Ferreira Prado. **Identidade de Gênero Feminino no Programa Mulheres Mil: verdades, poder e subjetivação**. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>

FERREIRA, Etiene Figueiredo. **Avaliação política da política de assistência estudantil: repercussões frente à expansão da Educação Profissional no IFRN**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017a.

FERREIRA, Maria Jose de Resende. **Interdições e Resistências: os Dífceis Percursos da Escolarização das Mulheres na EPT**. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017b.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheib ub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e conjuntura**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 107-127, set./dez. 1986.

FRAZÃO, Raquel Cardoso. **A Produção de Cartas das Mulheres/Alunas do Programa Mulheres Mil Como Objeto de Pesquisa em História Da Educação (Campus Açailândia – MA 2012-2013)**. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**. v. 32, p. 619-638, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRALDO, Andres Felipe Ramirez. **Processo De Modificação de Modos de Vida Em Um Distrito Rural da Serra do Espinhaço Meridional sob Impacto de Atividade Minerária**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educ.**, Ibitiré, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 ago. 2021.

IFRN. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2014**. Natal, 2009. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi/lateral/documentos-base/plano-de-desenvolvimento-institucional-ifrn-2009-2014/view>. Acesso em: 15 setembro 2021.

_____. **Projeto Político Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva: aprovado pela Resolução 38/2012- CONSUP/IFRN, de 26/03/2012. Natal, 2012.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**: aprovado pela Resolução nº 29/2014-CONSUP, de 31/10/2014 e atualizado pela Resolução nº 17/2016-CONSUP, de 06/05/2016. Natal, 2016. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi-2019-2026>. Acesso em: 15 setembro 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2021**. Natal, 2018. Disponível em: <<https://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi-2019-2026>>. Acesso em: 15 setembro 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As relações entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível**: apontamentos para discutir categorias e políticas. Curitiba, 2007.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>

MELLO, Jessica Adriane de. **A Modelagem Matemática na Perspectiva Sócio-Crítica**: uma Experiência em m Curso de Costureiras. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino De Matemática) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MICHELOTTI, Adriana Aparecida Hansel. **Proposta de Portfólio como Instrumento de Reconhecimento e Avaliação de Aprendizagens no Programa de Qualificação Profissional Mulheres Mil**. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Científico e Tecnológico) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2013.

MORAES, Marileia Gollo de. **Mulheres Analfabetas e Inscrições de suas Heranças**: Aproximações e Distanciamentos na Educação de suas Filhas. 2018. 157 f. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

MOROSINI, Marília C.; FERNANDES, Cleoni Maria B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Geração de Renda para as Mulheres: uma Avaliação de Impactos do Programa Mulheres Mil na Ótica das Egressas em São Luís/MA**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

OLIVEIRA, Silvelena Alves de Araujo. **Mulheres, Conquistando Espaços Dentro do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) –**

Campus Iguatu. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, 2010, p. 15–23. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>.

PLATAFORMA CAPES. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: junho de 2019.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROCHA, Rita de Cássia; SILVA, Lenina Lopes Soares. **O Programa Nacional Mulheres Mil no Contexto das Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Natal, 2017.

ROCHA, Rita de Cássia; SILVA, Lenina Lopes Soares. Política Pública para Mulheres e Cidadania: O Programa Mulheres Mil. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Anais do III CONEDU**. Editora Realize, 2016.

ROCHA, Rita de Cássia. **O Programa Nacional Mulheres Mil no Contexto das Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ROSA, Stela Marcia Moreira. **Reconhecimento de Saberes no Programa Mulheres Mil: entre a Colonialidade do Poder e de Gênero**. 2016. 287 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Maura Aparecida de Paula. **Programa Mulheres Mil e o Desenvolvimento Comunitário: um Estudo sob a Ótica da Tecnologia Social**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan/abr. 2002.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Danilma de Medeiros. **Desvelando o PRONATEC: uma avaliação política do programa**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Natal, 2015.

SIMÕES, A.; ALKMIM, A. C. (Org.). **Indicadores sociais: passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**. v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, jul./dez. 2006.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **A agenda e as agendas no Brasil**. *Cronos*, Natal, v. 7, n. 1, p. 79-101, jan./jun. 2006.

_____. **A relevância da suspeição**: pequeno ensaio sobre avaliação política de políticas públicas. Natal, PPGEPI/IFRN, 2013.

_____. **Avaliação e reflexões sobre políticas públicas de assistência social, saúde e educação**. Natal: EDUFRN, 2014.

TUNIN, Andrea Simoni Manarin. **A Escola e sua Vertente Social**: uma Análise do Programa Mulheres Mil enquanto Política de Inclusão nos Institutos Federais de Educação. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

ZAGO, Rachel Comachio. **Inovação Social**: Estudo do Programa Mulheres Mil. 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

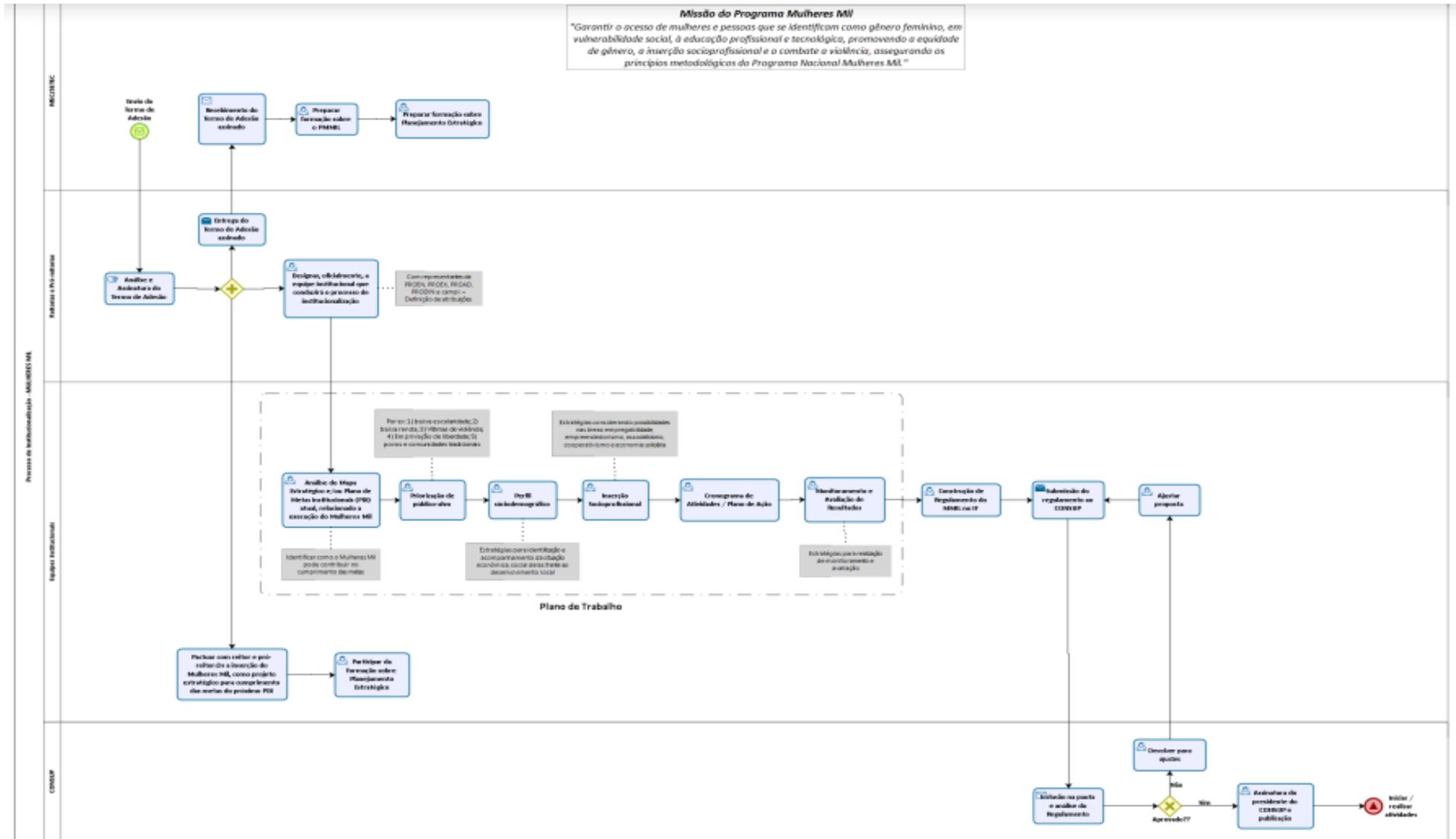
WEISS, Carol H. Pesquisa avaliativa no contexto político. In: GOLDBERG, M. A. A.; SOUZA, C. P. (Orgs). **Avaliação de programas educacionais**: vicissitudes: controvérsias e desafios. São Paulo: EPU, 1982.

WU, Xun, et. al. **Guia de Políticas Públicas**: gerenciando processos. Brasília; ENAP, 2014.

ANEXO A - ORIENTAÇÕES PARA O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

- 1) Portaria de nomeação da equipe multidisciplinar
 - a. Representação das Pró-Reitorias de extensão, administração, ensino, desenvolvimento institucional.
 - b. Definição atribuições.
- 2) Elaboração do Plano de Trabalho que deverá conter:
 - a. Análise do Mapa estratégico ou Plano de Metas institucionais relacionados a execução do PPMIL;
 - b. Definição do Perfil de atendimento prioritário de características de vulnerabilidade social como, por exemplo:
 - i. baixa escolaridade;
 - ii. baixa renda;
 - iii. vítimas de violência;
 - iv. mulheres privadas de liberdade;
 - v. povos e comunidades tradicionais.
 - c. Apresentação de um formulário de Perfil sociodemográfico a ser aplicado com as participantes do Programa;
 - d. Descrição das ações voltadas à inserção socioprofissional das participantes e egressas do Programa Mulheres Mil;
 - e. Apresentação de estratégia de avaliação e monitoramento do processo de institucionalização do Programa Mulheres Mil;
 - f. Cronograma de atividades.
- 3) Termo de adesão ao processo – deverá conter:
 - a. Análise e indicação do cumprimento de metas Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI atual;
 - b. Inserção do Programa Mulheres Mil no próximo PDI enquanto estratégia para o cumprimento das metas institucionais;
 - c. Conferência sobre a situação do registro da oferta do programa tanto no Sistema de Registro Acadêmico, quanto no SISTEC. OS dois sistemas devem apresentar as mesmas informações quantitativas;
 - d. Indicação das iniciativas a serem desenvolvidas de acordo com as diretrizes da portaria 1015/2011;
 - e. Indicação do início de atividades em 2018 com oferta de pelo menos uma turma.
- 4) Regulamentação institucional (resolução de institucionalização)
 - a. Elaboração de regulamento específico para a oferta institucional do Programa Mulheres Mil, a partir das orientações apresentadas anteriormente.

b. Apresentação e validação do regulamento supracitado para a instância deliberativa da instituição, por exemplo Conselho Superior - CONSUP (ou similar, no caso das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais).



Fonte: Nota Técnica Nº 83/2018/CGRS/DPR/SETEC.

Documento Digitalizado Público

DISSERTAÇÃO DE TATHYANE VERSÃO FINAL

Assunto: DISSERTAÇÃO DE TATHYANE VERSÃO FINAL
Assinado por: Marcio Azevedo
Tipo do Documento: Documento simples
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcio Adriano de Azevedo, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 24/10/2022 18:24:12.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/10/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1221142

Código de Autenticação: 81fd434c5b

